

póvoadelanhoso
Assembleia Municipal



Aos 28 dias do mês de setembro do ano de 2018, pelas 20h30, no Theatro Club da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de João Manuel Correia Rodrigues Duque, secretariado por José Miranda Gomes e por Maria Alice Rodrigues de Sousa, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (15`):

Apreciação e votação da alteração ao regimento da assembleia municipal da Póvoa de Lanhoso, nos termos do art.º 26º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Dois (15`):

Proposta do Movimento Alternativa Independente para transmissão on-line das sessões da assembleia municipal.

Ponto Três (15`):

Eleição de membro(s) suplente(s) para integrar a CIM do Ave, conforme disposto no artigo 83.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Quatro (15`):

Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Cinco (15`):

Informação da câmara municipal de relatório semestral sobre a situação económica e financeira, e relatório trimestral de execução orçamental (2º trimestre) da EPAVE, E.M. nos termos do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atualizada.

Ponto Seis (15`):

Proposta da câmara municipal para a designação do revisor oficial de contas, dr. Alberto Manuel Martins, com inscrição na lista ROC sob o nº 974, para prestação dos competentes serviços à EPAVE, E.M. (escola profissional do Alto Ave).

Ponto Sete (15`):

Informação semestral do ROC sobre a situação económico-financeira do 1.º semestre de 2018, do município.

Ponto Oito (15`):

Proposta da câmara municipal para que seja reconhecido interesse público estratégico da ampliação do Edifício do Centro Social e Paroquial de Garfe.

Ponto Nove (15`):

Proposta da câmara municipal para reconhecimento de interesse municipal do projeto denominado de “Eco Parque de Campismo e Caravanismo” na freguesia de Vilela, concelho da Póvoa de Lanhoso

Ponto Dez (15`):

Proposta da câmara municipal para reconhecimento de interesse municipal de exploração destinada à produção de carne de suíno e bovino, em regime intensivo, de José Marques Oliveira & Filhas, Lda., cont. 508 771 765, sita na freguesia de Santo Emilião, no uso da faculdade prevista no regime excecional de regularização constante do Decreto-lei 165/2014, de 05 de novembro.

Ponto Onze (15`):

Proposta da câmara municipal para efeitos de autorização para celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências com a Junta da União de Freguesias de Águas Santas e Moure.

Ponto Doze (15`):

Proposta da câmara municipal para autorização prévia para assunção de compromisso plurianual até ao valor de 3.100.000€ (três milhões e cem mil euros) referente ao procedimento tendente à contratualização de fornecimento de eletricidade, nos termos do disposto nos n.º1 e n.º6 do art.º 22 do Decreto-Lei 197/99, de 08 de junho, que regula a realização de despesa em mais do que um ano económico que não seja o da sua realização, aplicado por força da alínea f) do n.º1 do art.º 14 do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro.

Ponto Treze (15`):

Proposta da câmara municipal para contratualização de empréstimo – BEI PT 2020 (Banco Europeu de Investimento) para apoio ao investimento municipal inerente aos projetos denominados Requalificação e modernização das instalações da Escola Básica Gonçalo Sampaio e Reabilitação do largo da feira e envolvente, ao abrigo da faculdade

prevista no Despacho n.º 6200/2018, de 26 de junho, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Ponto Catorze (15`):

Proposta da câmara municipal para contratualização de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de beneficiação de arruamentos nas freguesias no valor de até oitocentos e sessenta mil euros, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16`)

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Luís Jorge Amaro da Costa; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; João António Rodrigues Marques; Diogo Amaral de Sousa; Sónia Margarida da Silva Fernandes; José João da Costa Fraga.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União de Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Álvaro da Silva Vieira; Filipe Almeida Silva; Maria Elisabete Cardoso Cunha; Miguel da Cunha Pereira; Paulo Alexandre Almeida Ferreira de Bastos; Clarisse Cardoso de Matos; Marta Maria da Cunha Vieira; António Luís Gomes de Carvalho; Helena Filipa Carvalho Cunha; António Joaquim Ferreira Crespo Sousa.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União de Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo; União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira.

Estiveram presentes na bancada do MAI os seguintes membros: Rui Manuel de Macedo Rebelo; Pedro Alexandre Oliveira do Vale; Carla Maria Canotilho Alberto dos Santos.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas; e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Avelino Adriano Gaspar da Silva; Maria Gabriela da Cunha Baptista Rodrigues da Fonseca; e André Miguel Lopes Rodrigues; Estiveram presentes os seguintes elementos do PS:

Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira; e António Joaquim Barros da Silva.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, saudou os membros presentes e iniciou os trabalhos. Colocou à votação do plenário a ata da sessão ordinária realizada no dia 22 de junho de 2018. Informou que a mesma foi aprovada por unanimidade. Concedeu a palavra à Secretária Maria Alice Sousa para leitura da correspondência.

A Secretária Maria Alice Sousa procedeu à leitura da correspondência recebida.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque informou que a correspondência estava disponível para consulta. Concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo e no uso da palavra referiu:

“A Senhora Secretária, se não me equivoquei a ouvir, referi que recebemos uma exposição da Junta de Freguesia de Campo e Louredo sobre um ponto que vem à ordem de trabalhos. Eu queria perguntar se essa exposição vai ser lida no respetivo ponto ou então peço para conhecer o teor integral dessa exposição, desde já.”

Interveio o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque e, no uso da palavra, referiu:

“Recebemos a comunicação por e-mail, o que significa que eu tentarei ter acesso a ela; o teor sei-o de cor mais ou menos, mas não com precisão. Portanto, tentarei ter acesso a ela. Muito bem.

Aproveito para pedir desculpa pelo lapso inicial, e saúdo todo o público numeroso aqui presente e também a comunicação social.

Relativamente à distribuição dos tempos, como habitualmente, o período antes da ordem do dia, a que estão atribuídos 45 minutos, será distribuído pelo grupo municipal do PSD, do PS e do MAI: 24 minutos; 18 minutos e 3 minutos, respetivamente. Como habitualmente, o período de intervenção dos presidentes de junta, se houver inscrições até ao final do período antes da ordem do dia, será 16 minutos, distribuído pelo grupo do PSD e do PS, 9 e 7 minutos, respetivamente.

O período da ordem do dia consta de pontos todos com 15 minutos, com distribuição igual, ou seja para o grupo municipal do PSD de 7 minutos, do PS de 5 minutos e do MAI de 3 minutos.

Se não há nenhuma proposta de votos ou algo semelhante, avançamos então, para o período antes da ordem do dia. Estão abertas as inscrições.”

Concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, António Machado.

Interveio o deputado do GP do PSD, António Machado, cumprimentou os presentes e no uso da palavra, referiu:

“Resolvi pedir autorização para subir a esta tribuna a fim de expor a esta Assembleia uma questão relativa aos incêndios florestais, muito preocupante para todos, mas mais ainda para os que já foram atingidos por este flagelo e que passo a citar:

Tendo consideração que o ano 2017 foi, a exemplo de outros anos anteriores, um ano negro para o Concelho da Póvoa de Lanhoso no que a incêndios florestais diz respeito.

Tendo em consideração que no dia 15 de outubro de 2017 ocorreu no Concelho da Póvoa de Lanhoso, com incidência particularmente nas Freguesias de Louredo e Galegos, um dos maiores incêndios do distrito de Braga desse dia.

Tendo em consideração que os critérios de apoio aos produtores florestais, bem assim como às vítimas dos incêndios nos parecem desajustados da realidade com áreas mínimas ardidas muito grandes. Há produtores agrícolas e florestais no Concelho da Póvoa de Lanhoso com prejuízos muito elevados que não podem recorrer aos apoios previstos, ao contrário do que acontece noutras zonas do país.

Considerando que a lei vigente permite uma discriminação negativa no tratamento de situações graves de perda de rendimentos considerável por razões totalmente alheias aos produtores, os eleitos dos três grupos parlamentares nesta Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, recomendam:

Primeiro: o reajustamento da lei no que às áreas ardidas diz respeito, por forma a tornar mais díspar o tratamento dos lesados;

Segundo: a reposição da equidade de tratamento entre os produtores florestais do nosso Concelho e os produtores florestais de outras zonas do país, afetadas pelos grandes incêndios florestais bem como qualquer outro tipo de prejuízo deles decorrente.

Assim se solicita ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que o texto desta recomendação, se for aprovada, se digne a enviá-la ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e aos Senhores Presidentes dos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.

Póvoa de Lanhoso, 28 de Setembro de 2018. Tenho dito, muito obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, no uso da palavra referiu:

“Para não complicarmos a questão, coloca-se de imediato à consideração. Quem se opõe a que esta Recomendação seja enviada a quem é solicitado aqui? Alguém está contra? Alguém se abstém? Então será dado seguimento a esta Recomendação.”

Concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor Presidente da Câmara Municipal, temos trazido neste ponto temas de relevância e interesse superior do Concelho, alguns até em termos de programação e em termos de pensamento estratégico, que nós propomos; mas hoje, queríamos trazer dois temas, um evento e um projeto, que V. Ex.^a agora concretizou e que nós queríamos aqui enunciar como bom exemplo, uma boa missão política de que o Município é sobretudo instituição de continuidade, de elos, de referências, de protagonistas e de políticas, de que hoje estamos muito satisfeitos e podemos sobrelevar, na política povoense, uma boa lição e exemplos de boa política.

O primeiro diz respeito à inauguração da ampliação do Parque do Pontido, uma vez que tive o gosto de estar consigo na referida inauguração, no dia 25, nos 726 anos do Foral de D. Dinis, outorgado às Terras de Lanhoso. É sem dúvida uma obra que embeleza a nossa Vila, que é uma mais-valia em termos de bem-estar ambiental, de qualidade de vida para os povoenses e de qualificação urbanística, quer paisagística, quer patrimonial. E eu gostaria de relembrar o histórico de que tudo começou na década de 80, na transição para 90, com a aquisição de terrenos e o encetamento do projeto ainda na era presidencial do Eng.^o José Luís Portela, numa altura de grandes constrangimentos financeiros e grandes dificuldades de institucionalização jurídica, e continuou depois, com a concretização da primeira fase na zona sul, a zona adjacente e parque de lazer e parque radical, já na era presidencial do Dr. Tinoco de Faria, numa altura também de grandes constrangimentos e dificuldades de implementação jurídica, porque tinha sido aprovada a REN; foi depois crescendo para norte e, na era já do Presidente Lúcio Pinto, foi deixada a programação e a aprovação da componente financeira para essa ampliação que lhe chamamos segunda fase. E foi já a era do Senhor Presidente Manuel Baptista que teve o meritório serviço de concretizar e até de ir mais além, como aquele Espaço Jovem que foi uma excelente ideia para todos nós. Agora, semelhante, V. Ex.^a também aproveitou uma candidatura, já aprovada e comparticipada financeiramente, do anterior Presidente, Manuel Baptista, mas também teve este mérito, que queria saudar e felicitar, de concretizar já para sul, no exterior, na extrema além do Espaço Jovem, esta obra magnífica e linda, como ficou.

E é a propósito deste espaço de continuidade que eu queria dizer que, muitas vezes, precisamos de narrativas e precisamos de metáforas para passar o discurso do politicamente correto, uma mensagem ética e de sequência política, de que temos aqui uma boa lição, de como vale a pena sobrelevar a democracia, porque os povoenses estão todos satisfeitos com esta obra; quem tem alma e coração de povoense está satisfeito com esta obra.

Senhor Presidente, eu peço desculpa mas eu queria elogia-lo por um evento muito importante, que acabou de concretizar também em julho, que foi a certificação da filigrana de Portugal. É uma mais-valia para o setor, é uma mais-valia para o

desenvolvimento local, seja económico, social ou cultural. E por isso eu gostaria de felicitá-lo, também, e dizer que também isto está na continuidade daqueles elos que não podem ser desagregados nem suprimidos da ligação política, porque já é uma ambição antiga da autarquia e de vários presidentes, de vários protagonistas, esta certificação. E mais, o Senhor Presidente enunciou um desafio que acho muito importante, que é a candidatura a património imaterial da humanidade. Eu só queria terminar. Senhor Presidente, com uma pergunta, porque só assim é que tem lógica também uma intervenção deste tipo: Senhor Presidente da Câmara, depois desta excelente notícia e desta valorização de uma arte que é incomensurável de valor e secular, como é que vamos agora, neste caminho que o Senhor já iniciou – e, como o poeta dizia, é um caminho que tem que se fazer, caminhando – como é que vamos agora valorizar e rentabilizar esta certificação da filigrana de Portugal na Póvoa de Lanhoso? Como é que vamos, em termos programáticos, aproveitar os resultados, nomeadamente numa inserção num plano estratégico de desenvolvimento local e num plano estratégico de turismo, como o Senhor enunciou aqui, no discurso solene de 25 de setembro? Muito obrigado pela tolerância, Senhor Presidente.”

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e no uso da palavra, referiu:

“Depois de termos vivido, no Verão do ano passado, um ano terrível no que diz respeito a incêndios florestais, um pouco por todo o país, mas também no nosso Concelho, gostaria de aproveitar este momento para louvar todos aqueles que contribuíram, de forma positiva e até este momento com sucesso, para que o cenário de terror do ano transato não se verificasse neste ano. É verdade que ainda não chegamos ao ponto ideal, que seria conseguir evitar as situações de incêndios na sua totalidade, mas certo é que conseguimos reduzir substancialmente as ocorrências, no que diz respeito ao número de situações e a área ardida.

O mérito é um pouco de todos, mas eu gostaria de destacar aqui em particular os proprietários povoenses que interpretaram muito bem as normas impostas pelo Governo e perceberam a importância da limpeza das suas matas e o impacto positivo que isso poderia trazer, no que à prevenção contra incêndios diz respeito. Os resultados estão à vista de todos e, neste sentido, deixamos aqui expressos os parabéns a todos os povoenses que, com maior ou menor dificuldade, contribuíram para que isso fosse possível. Gostaria também de parabenizar o nosso Corpo de Bombeiros e, mais do que dar os parabéns, agradecer todo o seu trabalho, toda a sua competência que permite que nos sintamos mais seguros, mais confiantes, e que reconhecidamente foi decisiva para o sucesso obtido este Verão.

Apesar de sermos um Município que continua a não ter aprovado um Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, os resultados que obtivemos neste Verão até este momento são manifestamente bons e daí os nossos parabéns aos proprietários e aos Bombeiros que, entre outros, tiveram um papel fundamental. Penso que todos devem sentir satisfação.

E se, por um lado, tudo tem corrido muito bem no que à prevenção de incêndios diz respeito, o mesmo não se poderá dizer relativamente aos prazos de conclusão das obras no Centro da Vila e à capacidade ou falta dela para fazer com que o processo tivesse um impacto negativo reduzido na vida das pessoas. Tivemos uns meses de Julho e Agosto como não há memória na Póvoa de Lanhoso; a confusão espalhou-se um pouco por toda a Vila e já nem se pode falar em hora de ponta, porque facilmente a qualquer hora do dia o trânsito se transformava num verdadeiro caos, dificultando quer a vida dos povoenses que nesse período se encontravam normalmente a trabalhar, mas também a vida dos nossos emigrantes e daqueles que nos visitam. E não, a questão não teve a ver com o número de pessoas, mas sim com a incapacidade de nos prepararmos para isso. Muitas vezes temos falado na falta de planeamento do executivo, na falta de visão, na sua extraordinária capacidade de fazer primeiro e pensar depois e este foi mais um exemplo disso mesmo; e, portanto, deixo aqui uma dica para reflexão e que sirva para melhorarmos no futuro. Primeiro, devemos pensar e depois agir. O contrário não dá bom resultado.

Ainda relativamente a obras que causam impacto negativo na vida das pessoas, o ano letivo já iniciou há duas semanas e os nossos jovens que frequentam a Escola Básica Gonçalo Sampaio continuam sem aulas. Há uns tempos atrás, o executivo dava garantias que tudo estava preparado e planeado, para que o arranque do ano letivo acontecesse com normalidade na referida Escola. Isso não se verificou e, mais uma vez, não houve a capacidade de agilizar processos, por forma a procurar alternativas que fossem de encontro às expectativas e, acima de tudo, que garantissem que os nossos jovens não saíam prejudicados. É mais um aspeto negativo que temos que destacar.

Senhor Presidente, quais são os motivos que conduziram a esta situação do atraso do início das aulas e de que forma a Câmara Municipal pode contribuir para minimizar o impacto causado nos alunos, ou de que forma a Câmara poderá compensar os alunos, se é que, eventualmente estarão a pensar no assunto, nestes termos?

Deixar ainda uma nota, agora positiva, para a inauguração da obra realizada no Pontido, com uma sugestão: um espaço daquele género – que se pretende que seja, e é já, um espaço visitado por muitos povoenses para diversos fins, seja a prática desportiva ou simplesmente acompanhar os filhos num passeio, ou em família, ou até para uma simples caminhada – deveria estar munido de umas instalações sanitárias. As existentes, para além de estarem sempre fechadas, são claramente insuficientes para o espaço.

Para terminar, gostaríamos que o Senhor Presidente se pronunciasse sobre dois assuntos, para os quais certamente terá uma boa justificação. Temos conhecimento de

que alguns Presidentes de Junta têm feito seguir alguns e-mail's, com determinados pedidos para a Câmara Municipal, como por exemplo, solicitando limpa-bermas, para os quais não tem obtido qualquer resposta, seja ela positiva ou negativa. Por outro lado, chegaram-nos também bastantes queixas relativamente ao facto de um dos seus assessores, que tem a responsabilidade de fazer a ponte com os Presidentes de Junta, não atender as chamadas dos Senhores Presidentes de Junta, o que pode ser justificado por estar ocupado no momento em que lhe ligam, mas o que se verifica é que, para além de acontecer muitas vezes, as chamadas não são devolvidas. Pergunto, Senhor Presidente, se tem conhecimento deste modus operandi e se acha normal que isto se desenrole desta forma?

Por último, damos a conhecer à Assembleia Municipal que entregaremos de seguida na Mesa da Assembleia, para que possam dar o devido tratamento, um requerimento que tem algumas questões colocadas ao Senhor Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal de 22 de junho, para as quais não obtivemos resposta e que esperamos que desta forma sejam respondidas. Muito obrigado.”

“Requerimento: Ao abrigo das disposições legais e regimentais, vem desta forma o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentar o seguinte requerimento à Câmara Municipal, por intermédio da Mesa da Assembleia.

Assunto: Falta de resposta, por parte do executivo municipal, às questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do PS, na sessão de 22 de junho de 2018.

No seguimento das questões colocadas ao executivo municipal na última sessão de Assembleia Municipal, relativamente à apresentação do relatório e contas referente ao exercício de 2017, questões essas que não foram respondidas, segundo o Sr. Presidente da Câmara, pelo facto do “relatório já ter sido aprovado”, vem, por este meio, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por intermédio da Mesa da Assembleia, reiterar as questões anteriormente colocadas, objetivando obter as devidas respostas.

1 – Relativamente aos empréstimos bancários, são referidas, (no Relatório e contas), as taxas baixas, mas importa saber quais são os spreads que as acompanham. De nada interessa se as taxas são baixas, se associadas a spreads elevados. Pelo que urge saber quais são estes últimos.

2 – Relativamente às reconciliações bancárias apresentadas, podemos verificar que existem imensos valores em aberto ou por compensar. Pelo que gostaríamos de saber as justificações de cada um e respetiva antiguidade.

3 – Relativamente ao item das provisões parece-nos pouco cauteloso: a única que foi constituída foi relativamente ao Centro Escolar de Monsul. Dados os processos ainda a recorrer, está prevista a constituição de mais alguma provisão? Solicitamos informação atualizada sobre esta matéria.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Sexta-feira, 28 de setembro de 2018”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Sobre a intervenção do Dr. Rebelo, eu queria realmente realçar a sua intervenção e, ao mesmo tempo, dizer-lhe que realmente, nós já temos em mente, com alguns empresários, a criação de uma academia em termos de filigrana; ainda está no início, mas estamos a tentar que, na Póvoa de Lanhoso, exista uma academia para valorizar e para pôr jovens a trabalhar numa arte secular como é a filigrana. Em 19 de outubro já haverá uma segunda abordagem sobre este tema e de certeza que sairá alguma coisa desta reunião, e quando tivermos alguma coisa de concreto comunicaremos à Assembleia. Com respeito também à filigrana, eu desloquei-me a Viana do Castelo para falar com o Senhor Presidente da Câmara, sobre a área social e, ao mesmo tempo, aproveitei a situação para falar de filigrana, porque toda a gente pensa, pelo menos a maior parte das pessoas pensa que a filigrana é de Viana do Castelo e de Ponte de Lima. E o acordo que fizemos, e uma abordagem que fizemos, os dois, foi eles utilizarem o traje e nós e Gondomar fazermos uma parceria com eles para, junto das comunidades portuguesas, divulgar o que há de bom na nossa terra, que é a filigrana. O Senhor Presidente da Câmara ficou de fazer a primeira abordagem com Gondomar e de certeza que em breve também daremos notícias sobre isso. São duas situações que vão valorizar a filigrana, e de certeza que o nosso Concelho, com estas medidas e outras que de certeza se seguirão, vai dar mais ênfase à nossa filigrana, que realmente é uma arte, como disse, secular e que tem um potencial enorme na Póvoa de Lanhoso.

Em relação aos Bombeiros Voluntários e aos incêndios, eu queria agradecer também e sou da sua opinião que temos homens e mulheres que fazem um trabalho único, um trabalho que realmente dignifica a nossa corporação e posso-lhe dizer que acompanhamos, eu e a Proteção Civil, juntamente com os Bombeiros, pelo menos aqueles dois últimos fogos em Oliveira, Leiradela e novamente em Oliveira. O último foi de grandes proporções e colocou em perigo inclusive habitações; e os Bombeiros conseguiram, só por si e com a ajuda de meios aéreos também – mas como o vento estava muito forte, o vento virava gradualmente de posição e era muito difícil estar à frente de uma situação destas – com os guerreiros que nós temos, os nossos Bombeiros, conseguimos realmente fazer uma coisa notável: ao fim de 12 horas o incêndio estava extinto; e eu também corroboro aquilo que diz: que realmente temos Bombeiros fora de série, e deixo aqui um agradecimento à Corporação e aos Bombeiros por tudo o que tem feito pela nossa terra.

O Centro da Vila, em relação a obras: nós temos prazos de entrega, pois trata-se de uma candidatura; como sabe, nós temos que acabar a obra no fim de outubro e nós não

podíamos fazer outra logística senão aquela que foi feita. Se ultrapassássemos os prazos, a candidatura de certeza que ia por água-abaixo e nós não queríamos isso, nem vocês nem a Câmara Municipal.

Mas posso-lhe dizer uma coisa: há uma situação no subsolo – e está aqui uma pessoa numa bancada que trabalhou lá diariamente e sabe o que é que se passou – porque o subsolo não estava na candidatura e quando nós abrimos as valas, vimos que a maior parte da cabelagem do saneamento, das águas pluviais, da água ao domicílio, dos próprios ramais do saneamento estava podre; isso é que nos atrasou a obra. Eu posso dizer que os nossos homens fizeram essa obra com o nosso material e há aqui testemunhas disso, porque também há aqui um trabalhador que trabalhou lá; e posso dizer que trabalharam de noite e de dia, fins de semana e quando era necessário para o comércio não perder condições de trabalho.

E por isso mesmo, posso-lhe dizer que tudo fizemos para esta obra estar pronta em tempo útil, que é outubro, e incomodar o mínimo que pudéssemos os comerciantes. Não foi possível, de todo, não incomodar. Ou não fazíamos a obra ou, realmente, tínhamos que incomodar, o mínimo possível, os comerciantes. Foi isso que fizemos. Falámos com eles, dialogámos com eles; uns compreenderam, outros não compreenderam. E eu até posso dizer que os próprios trabalhadores muitas vezes foram insultados, porque eu estava presente, eu estava presente e assisti a muitas situações, mas são situações que acontecem. Nós não podíamos parar uma obra no Centro da Vila quando há um prazo para a executar. Não é falta de planeamento. O planeamento é feito pela candidatura. Se temos de fazer aquilo em outubro, acabar em outubro, temos que acabar em outubro, portanto nós temos que ir trabalhar em julho, agosto e setembro, porque senão não tínhamos tempo para acabar a obra, e o planeamento é este: em outubro temos que acabar a obra e vamos tentar, de certeza absoluta, chegar ao fim de outubro com a obra acabada.

Quanto às Juntas de Freguesia de que falou: nós temos um calendário para limpar bermas e está acordado com as Juntas de Freguesia esse apoio. Há uma calendarização do mesmo, não tenho conhecimento se nalgumas Freguesias está ou não por utilizar esse meio mas eu vou falar com o meu assessor e de certeza que vamos, dentro em breve, executar aquilo que falta. Posso-vos dizer, também, que este ano foi muito difícil porque tivemos um trabalho acrescido que foi de limpeza dos próprios caminhos, para que os Bombeiros tivessem acesso. Isso foi feito tudo quase em cima da hora, mesmo por parte do Governo foi exigido quase em cima da hora. Nós tivemos que fazer quase tudo em simultâneo e sabemos que o investimento absorveu quase todo o nosso orçamento. Foi por isso que foi feito com os nossos homens: a limpeza dos caminhos e a limpeza das próprias bermas. Muito obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado José Fraga.

Interveio o deputado José Fraga, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Como representante do Município da Póvoa de Lanhoso para o Conselho da Comunidade do Agrupamento do Centro de Saúde do Cávado II – Gerês Cabreira, informo que tive uma reunião com o Senhor Diretor Executivo, Nuno Oliveira, na qual falamos sobre várias situações que me estavam a preocupar, que me tinham chegado de que também tive informações, tais como: recursos humanos, instalações, funcionamento das Unidades de Saúde Familiares e nas Unidades da Comunidade. Foi referido que está a decorrer um concurso médico, isto em julho, e que em setembro do corrente ano serão colocados médicos em número suficiente, para que todos os utentes tenham médico de família. Foi falado sobre este assunto em Taíde, na qual se referiu que se mantinha em funcionamento, estando a decorrer um projeto da iniciativa da Câmara Municipal para as obras e assim assegurar o normal funcionamento do atendimento aos utentes lá inscritos.

Referiu-se também que as instalações das Unidades de Saúde Familiares que receberam obras recentemente estão funcionais. A equipa de cuidados na comunidade, vulgo cc, está dotada de número necessário de profissionais, enfermeiros de saúde pública, enfermeiros de reabilitação e de apoio da equipa médica de acompanhamento às unidades de saúde familiares. Existe uma assistente social a tempo inteiro em articulação com a Unidade de Saúde Familiar e com o CC da Póvoa de Lanhoso. O ACES irá ser reforçado com mais um psicólogo e em princípio uma nutricionista, para aumentar a oferta nos vários Centros de Saúde que compõem o Agrupamento do ACES. Foi questionado sobre o Parque Automóvel, que de facto está um bocado envelhecido, pelo que seriam necessárias manutenções, não pondo em causa a utilização e a segurança dos mesmos. Foi abordada também a situação de protocolos do sistema nacional de saúde com a Santa Casa da Misericórdia, nomeadamente terapia da fala e a consulta aberta complementar, dias de semana, das 20h00 às 24h00, sábados e domingos das 8h00 às 24h00; referiu-se que estavam salvaguardados todos os acordos, tendo assim os utentes uma cobertura abrangente e de proximidade. Existe algum atraso nas consultas de terapia da fala, que foi reconhecido e que se vai tentar solucionar. E será agendado para outubro/novembro do corrente ano, uma reunião com todos os elementos que compõem a referida comissão, para elaborar o plano de atividades para o ano 2019.”

Interveio o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, e no uso da palavra referiu:

“Aproveito para saudar, de forma especial, o trabalho deste grupo, porque não era muito habitual este grupo funcionar, pelo menos pelo que foi comunicado aqui na primeira sessão. Portanto há indícios de que estará a funcionar regularmente. Muito

obrigado pela intervenção. Questiono se há mais algum tipo de intervenção? Se não há, abandonamos o tempo regular e passamos a pedidos de esclarecimento. Senhor deputado Rui Rebelo.”

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, queria agradecer-lhe a pronta resposta. A consideração pela questão que fizemos. E essa ideia da academia é uma excelente ideia, mas permita-me que, a propósito dessa ideia e para criarmos sinergias e a complementaridade ainda mais abrangentes, mais desafiadoras, com mais ambição, sugerir-lhe que talvez um instituto ou um laboratório colaborativo se encaixe também na perfeição nesta certificação da filigrana e no espírito de candidatura a património imaterial da humanidade. Porquê? Porque, sendo uma associação privada, sem fins lucrativos, um laboratório colaborativo permite que a Câmara Municipal entre em articulação com outras associações e até com Municípios, portanto numa abrangência maior da região, com a associação nacional de relojoaria e ourivesaria, com a Universidade do Minho e a Universidade Católica Portuguesa em Braga, com a Associação Comercial de Braga, com empresas locais e da região que tenham alguma ligação nomeadamente com as empresas do setor da filigrana e do trabalho do ouro e da prata no Concelho e até fora do Concelho. Não só Oliveira, Travassos e até Sobradelo mas até Castelões. Sei que já houve empresas que se deslocaram de Sobradelo para Castelões e portanto podemos agregar aí também o Município de Guimarães, de Braga e até o Centro Tecnológico de Interface de Braga. Podemos criar aqui uma condição de intervenção muito positiva e que traga conhecimento e inovação às nossas empresas; mesmo aquelas empresas que tenham alguma relação no sector, por exemplo do têxtil, design, da decoração, o que vai responder a dois grandes desafios que nós temos trazido aqui, e que o Senhor Presidente também já referiu como uma preocupação sua: desde logo a criação de emprego, direta ou indiretamente e não é só um emprego qualquer, é qualificado, com conhecimentos, inovação e científico, até por causa das parecerias com as Universidades e, por outro lado, para terminar, outro desafio que também se põe e que tem estado na sua preocupação, desde logo no discurso de posse, que é o da densidade do território. É aqui, com uma maior abrangência, não só com as populações, mas sobretudo com os tais alunos na academia, e com o conhecimento, que se pode trazer e colaboração e articulação com as empresas e seria uma boa ideia que lhe deixo, se quiser acolher e que poderá ser muito importante para este setor fundamental do desenvolvimento da nossa atividade local, em termos económicos, sociais, culturais e, porque não, até de imagem do Concelho. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e no uso da palavra referiu: *“Obrigado Senhor Dr. Rui Rebelo. Estamos a trabalhar com a associação de ourivesaria da AORT e a SIOR das empresas locais. Ainda há pouco referi que estamos com a academia em mente, mas também estamos com empresas, a trabalhar para esse fim. Portanto eu não referi isto mas estou a referir neste momento, para sustentar aquilo que foi referido agora.*

Em relação ao emprego, ainda bem que falou senhor doutor, porque eu tenho visitado muitas empresas e vou continuar a visitar e só lamento, neste momento, que temos formações em várias áreas e que, ao fim das formações, as pessoas, tendo nós empregos para elas, a maior parte das pessoas não quer trabalhar. Lamento mesmo, porque ainda hoje me telefonaram de uma empresa que eu visitei há perto de dois meses e que precisava de cinquenta pessoas. Posso-lhe dizer que estão inscritas no fundo de desemprego na Póvoa de Lanhoso perto de 600 pessoas; indicamos a maior parte das pessoas e essas pessoas recusaram trabalhar nessa área. Mas há muitas áreas em que geralmente há uma oferta imensa e eu não sei o que é que acontece, não sei se é assim pelo país ou se é só cá na Póvoa de Lanhoso, mas neste momento de certeza que temos oferta suficiente para acabar com o desemprego na Póvoa de Lanhoso. Pena é que a maior parte das pessoas ande de curso em curso e não passe disso. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, informou que estaca encerrado o período antes da ordem do dia. Deu início ao período de intervenção dos Presidente de Junta. Concedeu a palavra ao Presidente de Junta da União de Freguesias de Campos e Louredo, Fernando Carlos Ribeiro.

Interveio o Presidente da Junta da União de Freguesias de Campos e Louredo, Fernando Carlos Ribeiro, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Muito telegraficamente, só para, em meu nome pessoal e em nome das populações que eu represento, agradecer em meu nome e em nome da população de Campo e Louredo, e queria que esta minha intervenção ficasse na íntegra lavrada em ata porque depois será entregue a quem de direito.

A empresa Vieira e Marques, na pessoa do Senhor Carlos Vieira e do Senhor Joaquim, terminou o Parque Infantil, porque a Junta de Campo não tinha verba para o terminar. Uns inauguram Parques Infantis maravilhosos, outros não têm dinheiro para os terminar e é preciso as empresas privadas nos ajudarem nos Parques Infantis. Fica aqui o meu agradecimento pessoal e da Junta de Freguesia à Empresa Vieira e Marques e bem-haja por este ato. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu: *“Senhor Presidente, é um prazer falar consigo sobre este tema. A Câmara Municipal tem colaborado com todas as Juntas de Freguesia em todos os setores e quando tivemos a reunião eu frisei que este ano ia ser um ano difícil e aquele material que nós demos nos anos anteriores, este ano seria muito difícil, por causa das candidaturas. Falei com toda a gente, com todos os Presidentes de Junta; toda a gente aceitou e disse-lhes que no próximo ano íamos ter mais investimento nas Freguesias.*

Mas, Senhor Presidente da Junta, aquele terreno onde está o Parque Infantil acho que a Câmara Municipal o ofereceu a uma Associação. Portanto, a Câmara Municipal também contribuiu para o Parque Infantil nascer ali. E também contribuiu para uma Rua que o Senhor fez, também contribuiu; foi a transferência da Câmara Municipal para um caminho que o Senhor fez. A Câmara também já contribuiu; essas coisas também têm que ser ditas porque, desde que a Câmara contribua, tudo bem. Este ano foi um ano difícil, e foi explicado a todos os Presidentes da Junta o que se iria passar este ano; mas está aqui demonstrado, num ponto a seguir, que estamos a pensar nas Juntas de Freguesia e estamos a pensar em todas as Juntas de Freguesia. Vem agora este pacote ou estas obras à Assembleia; para a próxima virão mais e posso-vos dizer que nenhuma Freguesia ficará de fora, como foi dito naquela conversa que a gente teve. E eu queria a vossa compreensão nesse sentido, porque as candidaturas que temos em dez Freguesias, para água e saneamento, e na própria Vila, absorveram-nos quase a totalidade do orçamento, por isso mesmo tivemos uma conversa. Penso que toda a gente compreendeu que este ano ia ser um ano difícil, mas os orçamentos participativos que foram feitos no ano passado foram obras executadas no ano passado e estão a ser pagas este ano também. Vocês sabem perfeitamente disso. Há um Presidente da Junta que está aqui que, depois de acabar uma obra, veio ter comigo e viu uma necessidade que era manter uma via de comunicação e também está cá hoje um contrato interadministrativo para ser aprovado. Portanto vamos, de certeza, dar-nos muito bem, porque eu sei o que é ser Presidente da Junta, já passei por aí e sei que vocês necessitam de obras nas vossas terras, necessitam de fazer tudo pelas vossas terras e eu estou aqui com esse propósito: fazer o máximo pela minha terra e pela vossa terra também. Obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao Presidente de Junta da União de Freguesias de Campos e Louredo, Fernando Carlos Ribeiro.

Interveio o Presidente da Junta da União de Freguesias de Campos e Louredo, Fernando Carlos Ribeiro, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, eu não o critiquei nem o acusei de nada, porque eu tenho uma memória excelente e se o Senhor bem se lembra não foi no seu tempo que eu solicitei

essa ajuda. Foi no tempo de Manuel Baptista em que enviei um e-mail e o orçamento e, numa reunião em que estava o Senhor Presidente Manuel Baptista e o Senhor, disse que não havia verba. Eu não o acusei de nada. Eu apenas vim aqui agradecer a quem nos ajudou com um donativo significativo para conceber a obra.

Porque se queremos entrar em ajuda, eu não queria entrar por aí porque sei que não posso dizer o que penso, porque se disser o que penso já não tenho nada e não vou ter. Eu prefiro ficar por aqui, porque senão vou ter que dizer coisas de que não gostaria, porque ainda no outro dia liguei ao Senhor Presidente da Câmara a pedir pedra usada para Campo. E o Senhor Presidente o que é que me respondeu? Respondeu que não tinha. Mas alguns particulares levaram pedra. Pois, eu sei que não sabe. Campo não tem pedra, mas os particulares levaram pedra para casa. O particular que ia ser servido por esse caminho foi ter com o Senhor Presidente e o Senhor Presidente disse que lhe ia dar pedra. Portanto há coisas que eu prefiro estar calado porqu,e se já não tenho nada, nada vou ter. E estamos num Concelho que, infelizmente, não podemos dizer o que nos vai na alma, percebe? Porque somos marcados pelo que dizemos. E a democracia que vivi e quero viver não é essa. Obrigado Senhor Presidente.”

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, desculpe lá, meio milhão de euros em água e saneamento na sua Freguesia é pouco? O que realmente me pediu foi pedra usada e eu respondi-lhe que havia um compromisso com a Confraria e se, a partir daí, sobrasse, íamos conversar. Naquele momento tinha calçada à portuguesa, como lhe frisei, e foi esta a conversa que eu tive consigo. Agora, eu, a particulares posso dizer: só se você me disser a quem eu dei pedras. Dou à Juntas de Freguesia quando é necessário para executar obra. Agora o que eu lhe posso dizer é que há um grande investimento na Freguesia de Campo e Louredo: é de meio milhão de euros. Se não é reconhecida esta situação eu não sei o que é que vocês pretendem, mas pronto; são dez as Freguesias em que neste momento estamos a investir quatro milhões de euros em água e saneamento. Se vocês não consideram que a água e saneamento é um bem essencial eu acho que, para mim, é das coisas mais prioritárias. Obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à deputada Sónia Fernandes para intervir no âmbito das Comissões Permanentes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Na qualidade de Presidente da Comissão Permanente do Ambiente, cumpre-me informar que, até à presente data, os ilustres membros que compõem a Comissão Permanente reuniram já por duas vezes, sendo que, com o contributo ativo e empenho de todos os membros que puderam ou quiseram estar presentes nessas reuniões, foi esgrimido um vasto leque de iniciativas e atividades que esta comissão pretende levar a efeito no seu mandato.

Assim foi definido e aprovado o plano de atividades desta Comissão, ao nível da gestão ambiental do Concelho da Póvoa de Lanhoso, com vista a aferir das boas práticas implementadas e/ou a implementar no respeito e na preservação do meio ambiente. Neste sentido a Comissão do Ambiente iniciou já um ciclo de visitas às praias fluviais do concelho.

Sem mais a informar por ora, aproveito para desejar a todos os presentes e sobretudo aos intervenientes nesta sessão, bom trabalho.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque, passou à ordem do dia. **Ponto Um: Apreciação e votação da alteração ao regimento da assembleia municipal da Póvoa de Lanhoso, nos termos do art.º 26º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.** Informou que as alterações ao regimento tinham sido enviadas a todos os deputados. E concedeu a palavra ao deputado do PSD, Miranda Gomes.

Interveio o deputado Miranda Gomes, cumprimentou todos os presentes e disse: “No primeiro ponto da ordem de trabalhos, vão ser votadas as alterações ao Regimento desta Assembleia Municipal, resultante do trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho criado para esse efeito.

O regimento, ainda em vigor, sofreu profundas alterações na anterior revisão, o que permitiu o aprofundamento do debate político e uma maior adequação perante novas realidades. Refira-se, ainda, que a anterior revisão teve por base um documento elaborado por uma comissão com a participação de todos os grupos parlamentares, que foi aprovada por unanimidade.

O tempo veio confirmar que esse regimento se mostrou adequado e funcional. Razão pela qual entendemos que não carecia de grandes alterações. De facto não se deve alterar só por alterar. As alterações efetivamente não foram muitas. Foi introduzido um tempo de intervenção para as comissões, formalizando uma prática que já vinha a ser seguida; a outra grande alteração foi a antecipação da intervenção do público, que passou a poder intervir antes da ordem do dia, ao invés da intervenção no final. Esta solução foi, aliás, subscrita por todos os grupos parlamentares.

Para além disso, houve uma ou outra pequena atualização. Cabe registar que, apesar da autoexclusão do MAI, pelas razões que já foram esmiuçadas na anterior assembleia, foi acolhida uma sugestão sua que nos pareceu válida, no sentido de clarificar a contagem dos prazos neste regimento.

Temos a certeza que este regimento ficará mais rico com as alterações aqui propostas, apesar de sabermos que nunca estaremos perante um documento completo e fechado, que pode e deve ser sempre melhorado e adequado às novas realidades, sem colocar em causa a sua essência.

Por fim, deixo uma palavra de agradecimento a todos os membros do grupo de trabalho que colaboraram nesta revisão.

Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, e referiu: “Nós sabíamos que, nesta matéria – e dissemo-lo no plenário da Assembleia Municipal de 28 de novembro, do ano passado – estávamos, passo o termo, nas mãos do PSD. E estávamos nesta questão interpretativa do que seria mais interessante para o PSD: se era neste fórum de construtivismo democrático ter um protagonismo de oposição, não só centrado num grupo parlamentar, do PS – como tem acontecido nas últimas décadas, umas vezes o PSD outras vezes o PS – ou se era mais interessante, para o PSD, não condicionar o MAI no tempo e também traze-lo para um maior protagonismo de diversidade democrática.

Foi nessa expectativa que ficamos quando, por sua diligência, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na conferência de líderes de 12 de dezembro, o líder do grupo parlamentar do PSD apresentou uma proposta de aumento de tempo para o MAI, de 6 minutos também, indo ao encontro da expectativa que nós tínhamos e da representatividade do voto nas urnas dos povoenses que, por eleição direta, pela primeira vez, elegeram um grupo cívico político independente na Póvoa de Lanhoso, com três deputados. Não foi com eleições indiretas, como aqui alguns crescem, os presidentes de Junta, foi por eleição direta, e foi nessa expectativa que ficámos. Obviamente, e muito bem, o PSD pôs como condição haver consenso para se aplicar de imediato isso; não houve consenso porque ao PS isso não interessa, e sabíamos logo à partida que não. E ficou em aberto esta situação para a revisão regimental, e foi nessa expectativa e nessa confiança que nós entrámos no grupo de trabalho que foi aprovado, por sua iniciativa, e proposto na conferência de líderes de 12 de fevereiro deste ano, e aqui institucionalizado, 26 dias depois, aqui nesta assembleia. O que acontece é que agora temos, ao vivo, uma proposta de um grupo de trabalho que não é – e digo-o com todo o respeito pelos membros mas com a minha total liberdade de expressão, da qual não abdicó nem nunca abdicarei, e com toda a convicção de pensamento – que não é séria, não é séria porque não vai ao encontro disto.

Mais, não é uma proposta de revisão, é uma proposta cirúrgica de alteração de quatro artigos, em que adita dois, um dos quais é uma ideia do MAI, que é a revisão do artigo 8º, que acabou por ser uma redação abstrata e inaplicável, mas que nós fizemos ver que tinha que ir ao encontro do 117º da Constituição da República Portuguesa; outro, que é

também uma proposta do MAI, que é o período de intervenção do público ser antes do período da ordem do dia, e um aditamento de um artigo, que o senhor como membro e secretário da Mesa aqui referiu que também é nosso. E é nesta situação que se perdeu a oportunidade de adequar o regimento à nova realidade da matriz política que se vive nesta assembleia e na política povoense, que é de termos, ao fim de tantas décadas, um novo grupo parlamentar, e mais, um grupo parlamentar de um movimento cívico e não se reportar, não se refletir isto na prática. E é isto que nós lamentamos e veemente protestamos, Sr. Presidente.

E digo-lhe uma coisa: é para nós uma mágoa, porque é uma absurdidade esta situação, e o paradoxo que esta situação cria é que qualquer deputado independente, qualquer dos senhores deputados, qualquer membro desta assembleia pode requerer estatuto de independente, porque não estão vinculados a nenhum grupo parlamentar, e tem 3 minutos e o mesmo tempo para pedir esclarecimentos, que é o tempo que o MAI tem. Quando nós, se pedirmos isso – vejam lá a possibilidade de nós pedirmos isso – teremos 3+3+3, teremos 9 minutos. Foi para acabar com isso que nós fizemos a nossa proposta, foi o único grupo parlamentar a apresentar uma proposta, os outros grupos parlamentares tinham esse dever, dever cívico e parlamentar.

E vou terminar, Sr. Presidente, dirigindo-me a si: vossa excelência é, não apenas, o garante da legalidade, mas também, da legitimidade democrática que se vive nesta assembleia; vossa excelência teve um papel generoso, independente, isento para resolver esta situação. Infelizmente o senhor é também, além do MAI e da democracia parlamentar, um perdedor, e lamento por isso. Lamento porque nós tínhamos esta intenção de termos aqui uma forma de fazer política diferente e não temos essa possibilidade, e lamento. Mas sei que o Senhor. gosta de Santo Agostinho, e Santo Agostinho dizia, para terminar, que enquanto houver vontade de lutar haverá esperança de vencer.

Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado do PS, Gilberto Anjos.

Interveio o deputado Gilberto Anjos, cumprimentou todos os presentes e disse: “*Eu não tinha preparado nenhuma intervenção para falar sobre este tema; eu participei da comissão, mas sinto-me no dever de vir intervir neste momento, depois da intervenção que foi feita pelo deputado Rui Rebelo do MAI. Porque a intervenção que foi feita até faria todo o sentido – eu estava muito atento a tudo aquilo que o deputado Rui Rebelo estava a dizer – faria todo o sentido se o MAI tivesse participado na comissão e tivesse levado os pontos à comissão para terem sido debatidos e tivessem sido chumbados pelas restantes forças parlamentares que lá estiveram, coisa que não aconteceu.*”

Existe uma comissão que foi criada, é nesta comissão que os pontos devem ser debatidos, devem ser analisados e votados. As possíveis alterações foram lá analisadas e votadas, apresentadas por membros que representam as bancadas parlamentares, não é numa reunião de líderes que isso deve ser feito. Foi criada a comissão, o MAI, já agora de uma forma, e vou utilizar a sua expressão – eu não gostei dela, mas vou utiliza-la – pouco séria, decidi não integrar a comissão. Se tivesse integrado a comissão, poderia ter trazido algumas propostas válidas; possivelmente esta assembleia ficou a perder, mas é na comissão que as propostas devem ser apresentadas e devem ser trabalhadas. Peço desculpa, participei na revisão do anterior regimento, foi exatamente esse o procedimento que foi tomado, sugestões de alguns membros do PS foram adotadas por todos, outras sugestões dos elementos do PSD foram adotadas por nós, e do CDS também, e fez-se o regimento, melhorou-se muito o regimento. Poderia ser melhor que este, provavelmente poderia, mas agora também não sabemos, porque o MAI optou por não participar na comissão.

Muito obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado Luís Amaro da Costa, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“Apenas para dar a indicação de que este é um documento que é alvo de um grupo de trabalho composto por toda a assembleia. Primeiro, subscrevo aquilo que o deputado Gilberto já referiu, e com o que eu concordo totalmente. E dizer ao deputado Rui Rebelo que aqui não há perdedores, nesse sentido, porque este é o regimento que foi decidido pela maioria dos membros desta assembleia municipal. Querer passar o ónus da questão para a grande maioria dos membros desta assembleia municipal, como dizia há bocado o deputado Gilberto, e como disse o Sr. deputado há bocado também, acho que aí é que não é muito sério.*

De resto, o PSD, como integrante desta comissão, votará também, naturalmente, a favor da aprovação deste regimento.”

Depois, a pedido do deputado Rui Rebelo, o presidente da Mesa concedeu-lhe a palavra para que pudesse fazer um esclarecimento.

Interveio o deputado do MAI, Rui Rebelo, que usou da palavra para dizer: *“Sr. deputado Gilberto, com toda a consideração, nós integramos o grupo de trabalho, não é uma comissão, tem uma natureza diferente, é para aquele efeito só. E nós integramo-lo, fomos convidados pelo Sr. presidente da Mesa da Assembleia a que apresentássemos propostas de revisão e apresenta-las tempestiva, clara e de boa-fé; mais ninguém apresentou. E portanto, não é verdade o que o Sr. referiu. Segundo, apresentamo-las*

num contexto de revisão combinado em conferência de líderes e que foi aqui aprovado, e fizemos um esforço sério, como é séria esta conjugação de interesses que eu vejo agora verificar-se entre as duas bancadas antagónicas. Mas o que é certo Sr. deputado, e com toda a consideração lhe digo, é que nós apresentamos propostas e só renunciámos depois em integrar os inícios dos trabalhos, porque percebemos claramente que estava aqui a encenar-se uma solução na qual nós não podíamos participar e com a qual não poderíamos compactuar, e foi só nessa situação, pelo que não corresponde à verdade que o MAI não apresentou propostas, o MAI foi o único que apresentou. Se o Sr. apresentou propostas foi no âmbito do grupo de trabalho, mas não é assim que se trabalha; eu sei que o Sr. não é jurista, mas na revisão de um decreto legal não se trabalha assim; trabalha-se com propostas prévias, e depois faz-se um dossier de trabalho, faz-se o debate e depois faz-se a proposta final. Foi o que nós fizemos, com clareza e de boa-fé.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou todos os presentes e referiu: “Eu vim cá, também, apenas para repor algumas verdades, e lembrar o Dr. Rui Rebelo do seguinte. Em primeiro lugar, a revisão do regimento apenas avançou porque as bancadas parlamentares do PS e do PSD lhe fizeram “um favor”, porque foi o MAI que tanto batalhou por uma revisão do regimento, quando nós dissemos que o regimento tinha sido anteriormente revisto e que para nós estava um bom regimento, e nesse sentido, acedemos ao pedido do MAI, fizemos o favor ao MAI de efetivamente avançar para um pedido de revisão do regimento.

Posto isto, e como efetivamente, quando se revê um documento qualquer, olhamos para o documento e percebemos se estamos de acordo com ele ou não e propomos alterações se acharmos que há alguma coisa para alterar. E portanto, os senhores apresentaram propostas e os outros não apresentaram propostas porque efetivamente olharam para o documento e acharam que o documento estava bem tal e qual como estava. Por outro lado, o que é, e pego novamente nas palavra do Gilberto, pouco sério, foi a ação do deputado Rui Rebelo; é verdade que participou na comissão mas saiu da comissão antes desta começar os trabalhos; isso é que é pouco sério, para depois vir cá fazer as acusações que fez aos restantes deputados.

Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e passou à votação. Referiu que havia 3 votos contra, nenhuma abstenção e 42 votos a favor. E declarou: *“Posto isto, considero que se trata de uma notável vitória da democracia, tendo em conta esta maioria. O processo prolongou-se por quase um ano e, depois de amadurecida reflexão, vence a maioria; são as regras da democracia.”*

Deliberação: A assembleia municipal aprovou por maioria a alteração ao regimento da assembleia municipal da Póvoa de Lanhoso, nos termos do art.º 26º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, passou ao ponto dois da ordem do dia. **Ponto Dois: Proposta do Movimento Alternativa Independente para transmissão on-line das sessões da assembleia municipal.** E leu as propostas apresentadas pelo MAI, referindo que alguns dos pontos apresentados estavam em execução, outros em análise e que apenas seria votada a transmissão on-line das sessões.

“Proposta:

- a) O aprofundamento da informação disponibilizada, pela Mesa da Assembleia Municipal, no portal do Município – nomeadamente com a publicação de editais, propostas, deliberações, recomendações, moções, requerimentos, votos e declarações de votos tomados nas sessões plenárias, bem como o contacto dos Grupos Parlamentares Municipais;*
- b) A criação de um canal no YouTube da Assembleia Municipal, que transmita on-line todas as sessões plenárias ao longo do mandato;*
- c) A criação de uma página institucional na rede social Facebook que divulgue a transmissão on-line das sessões plenárias, bem como o referido na alínea a);*
- d) A criação de uma Newsletter exclusiva da Assembleia Municipal dirigida a todos os contactos da base de dados da Câmara Municipal;*
- e) A criação de um logotipo da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, inserido na identidade gráfica do Município, que identifique este Órgão autárquico;*
- f) A criação do projeto “Assembleia Municipal dos Jovens”, de periodicidade anual, liderado pelo Pelouro da Educação da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e integrado nos projetos educativos dos Agrupamentos participantes, que promova a cidadania ativa e a participação dos jovens na vida pública e política;*
- g) A promoção de debates, por parte da Mesa da Assembleia Municipal, sobre temas estruturantes para o futuro da Póvoa de Lanhoso, envolvendo a sociedade civil nessa discussão e recolhendo contributos para o debate político.”*

O Presidente da Mesa informou que estavam abertas as inscrições e concedeu a palavra ao deputado do MAI, Pedro Vale.

Interveio o deputado Pedro Vale, cumprimentou todos os presentes disse: *“Foi no dia 27 de dezembro de 2017 que o grupo parlamentar do MAI apresentou, nesta assembleia, esta proposta com o intuito de transmissão on-line das assembleias municipais. Como todos nós sabemos, a evolução tecnológica já não é uma novidade para ninguém nos dias que decorrem, e acho que pelo interesse de todos os que nos encontramos nesta*

assembleia, quanto mais transparente for esta nossa forma de fazer politica, e a quantas mais pessoas conseguirmos chegar, melhor é para todos nós.

Trata-se de uma medida que visa aproximar os eleitores dos eleitos, que é para isso que a gente faz política, para estar próximo das populações. Também com o intuito de chegarmos a muito mais gente: há pessoas que não têm a possibilidade de assistirem às assembleias municipais, quer pela hora que elas se realizam, quer pelo local em que elas se realizam, inclusive já foi mandado pôr gente de gatas dentro desta assembleia municipal, não vai há muito tempo atrás, e assim não haveria a necessidade de mais ninguém ficar de gatas ou encostada às portas. É uma medida de transparência, quer nas prestações de contas, quer nas atividades que esta assembleia municipal e o executivo camarário vão desenrolando ao longo do seu mandato. Não é um caso único, já acontece em Cabeceiras de Basto, Barcelos, Famalicão, só aqui na nossa Terra é que parece que é “um bicho-de-sete-cabeças”, uma coisa que é tão simples de se fazer.

Não querendo misturar as coisas, no meu caso pessoal, tenho a experiencia, e tenho também o conhecimento certo de que neste momento as redes sociais, as transmissões on-line, são uma forma de chegarmos muito mais longe do que aquilo a que somos limitados dentro das nossas portas. Deixo assim, ao bom senso de toda a gente, em consideração dos presentes nesta assembleia, aqueles senhores que vão ter direito de voto à cerca deste assunto, que pensem que não estamos aqui a criar um entrave a ninguém, antes pelo contrario, estamos a fazer politica séria e, na minha opinião, enquanto estudante da ciência política, só tem medo da transparência e da seriedade aquele que não a pratica na própria política.

Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado Luís Amaro da Costa, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Em relação a este assunto, esta é uma matéria que de facto nos apresenta algumas dúvidas, apresenta-nos muitas dúvidas mesmo. Desde logo, quanto à transmissão coerente do ponto de vista da qualidade técnica, da possibilidade de nós termos, dentro desta mesma sala, possibilidade de instalar os meios necessários para termos câmaras à frente, câmaras atrás, câmaras que permitam apanhar os ângulos e os intervenientes quando disso for o caso.*

Poderá ter um efeito nos próprios membros da assembleia, nomeadamente um efeito redutor da disponibilidade para intervir, por via de uma certa inibição; este é também um assunto que não poderemos esquecer e que tenho a certeza que se poderia fazer notar.

Temos, também, que dar indicação que, para permitir que estas assembleias tivessem mais gente já mudamos o horário; num passado recente as assembleias realizavam-se

numa sexta-feira à tarde, em horário laboral, e entretanto mudamos para a noite. Permite, dessa forma, que os povoenses, quem quiser estar presente, possam marcar a sua presença e ouvir aqui diretamente.

Referir, ainda um outro pormenor: o PSD apresentou e manifestou a possibilidade de transmitir uma ou eventualmente mais que uma sessão a título experimental, desde que estivessem salvaguardadas as condições técnicas, para vermos se de facto valeria a pena, se era um investimento que poderíamos avançar; no entanto o grupo parlamentar do MAI inviabilizou essa decisão, decidiu que tinha que ser hoje decidido e votado nesta assembleia; se tem que ser hoje votado nesta assembleia nós vamos votar. Ora, neste momento, Sr. deputado, é evidente que nós não temos a validação técnica, experimental de uma transmissão, que entendemos que é necessária.

Por outro lado, não lhe fica bem, e aqui ninguém tem medo das transmissões, simplesmente nós partiríamos para isso com a garantia de que teríamos condições para isso; não é assim do pé para a mão, porque se lembraram que querem fazer. Citou dois ou três exemplos; não conheço mais ninguém que faça transmissões on-line das sessões da assembleia, há muitas condições técnicas que têm que ser garantidas e, por isso mesmo, e como não estão garantidas essas condições, nós não votaremos, não podemos votar favoravelmente esta proposta do MAI.

Muito Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Gilberto Anjos.

Interveio o deputado Gilberto Anjos, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: “Permita-me um à parte, para saudar de forma especial, penso que foi a primeira intervenção do Pedro Vale nesta assembleia municipal; dar-te os parabém por esta intervenção, és bem-vindo a esta assembleia municipal, gostei muito, em particular, desta intervenção, porque a bancada parlamentar do PS concorda com tudo o que foi aqui dito.

Concorda porquê? Nós não temos qualquer tipo de dúvida que será uma mais-valia que esta assembleia municipal, os temas que são aqui debatidos no órgão deliberativo deste município, chegue ao máximo de povoenses possível. E eu olho para esta sala, até é fácil de dizer que, de facto, se quisessem vir mais dez pessoas, já não cabiam nesta sala. Foi dito há pouco que foi alargado, viemos para cá para termos mais público a assistir; de facto, se esta sala tem bastante publico, não deixa de ser verdade que muitas pessoas não têm a possibilidade de cá vir, muitas pessoas gostariam de assistir à assembleia municipal no seu conforto; povoenses, para não falar nos emigrantes, muitos dos temas que são aqui tratados também são importantes para eles. Daói acharmos que é claramente favorável, e era claramente uma mais-valia para esta assembleia municipal a transmissão, portanto, da mesma nas redes sociais ou num canal on-line, como aqui está definido e vai a votação.

Dizer que aqui o que se pretende não é uma alta produção de Hollywood, não é preciso câmaras nem efeitos especiais; eu não sou técnico, não sou da área mas, por aquilo que eu vi em dois ou três minutos, confesso-vos, encontrei logo uma catrefada de municípios que transmitem, acabei até por ver alguns vídeos, porque eles deixam o link para se poder assistir mais tarde, e encontrei logo Famalicão; Entroncamento; Peniche; Alenquer; Trancoso; Trofa; Barcelos; Cabeceiras; pronto, afinal não é nada assim tão novo, outros já o fizeram e já experimentaram; volto a dizer, acho que é benéfico.

Outro aspecto, que assim o prova, é que o próprio município aposta muito nas redes sociais; tem uma página com 6.342 pessoas a seguir, que eu fui ver isso há pouco tempo para a assembleia municipal, e estou certo de que essa informação é informação que o município pretende passar, com os vídeos, com as publicações que vai fazendo, como os vídeos promocionais como a Taça D'Ouro, a Feira Tradicional; é porque de facto o próprio município entende que as redes sociais são uma forma de chegar à população da Póvoa de Lanhoso, e portanto, é um contrassenso o município entender este facto, e a bancada parlamentar do PSD não concordar com essa temática. Por isso, no que respeita à bancada parlamentar do PS, vamos votar favoravelmente.

Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa voltou a conceder a palavra ao deputado do MAI, Pedro Vale.

Interveio o deputado Pedro Vale e dirigiu-se ao deputado do PSD dizendo: *“Esta medida não aparece assim espontaneamente nem nos levantámos hoje de manhã e nos lembrámos que tínhamos que trazer isto hoje a votação. Estamos há 10 meses, ou seja, há 3 assembleias municipais à espera que este assunto seja levado a votação.*

Por outro lado, quanto aos custos, a Universidade do Minho faz esse trabalho; as câmaras, que o senhor tanto fala tão difíceis de arranjar, por 500€ a sessão, são seis, faça as contas, 2.500€, 3.000€ ao ano. Isso, certamente, foi gasto num vídeo de um cabrito promocional, onde não chegaram ao objetivo cumprido, não foi viral nem fez a promoção de nada. É gasto em festas, em artistas de fora da terra que chegam aqui a levar balúrdios e que fazem tanto como os da terra fazem; por isso, o motivo financeiro, eu acho que não é por aí.

E, no entanto também, queria que o senhor me explicasse como é que um emigrante na Suíça, Luxemburgo, Moçambique, Alemanha, se faz deslocar a uma assembleia municipal para assistir pessoalmente.

Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro, para poder responder ao deputado do MAI.

Interveio o deputado Luís Amaro, que usou da palavra apenas para responder: *“Lamento é que, em todas as reuniões que tivemos até agora, o MAI nunca tenha referido um operador que fizesse esse serviço; e perguntamos mais que uma vez, “vocês têm?” Isso é que eu lamento, porque se tivéssemos essa informação certamente já poderíamos ter avançado com a transmissão experimental, senhor deputado. A única solução que apareceu era de uma casa comercial da Póvoa de Lanhoso, e nunca apareceu mais ninguém; surgiu agora a dizer que a Universidade do Minho também faz. Aqui, até agora, nunca falaram nisso, e isso é que eu não acho que seja correto; nas reuniões preparatórias deviam ter referido isso, vinham com o trabalho estudado e diziam “temos quem faça”, então vamos avançar, não é agora à última da hora.”*

Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Santos, para pedido de esclarecimentos.

Interveio a deputada Carla Santos e disse: *“Senhor deputado, quando essa questão foi levantada na conferência de líderes, aquilo que o MAI disse foi que a Câmara deveria procurar outros orçamentos para que nós pudéssemos fazer essa avaliação. Foi isso que ficou decidido, havia um orçamento e a ideia era solicitar mais orçamentos para perceber qual o tipo de investimento. E a ideia de fazer uma sessão experimental foi de um elemento do PSD, com o qual nós concordámos.”*

Depois, o Presidente da Assembleia verificou que não existiam mais pedidos de esclarecimento, pelo que colocou o ponto à votação. Informou que houve 21 votos a favor, uma abstenção e 23 votos contra.

Deliberação: A assembleia municipal reprovou a proposta do Movimento Alternativa Independente para transmissão on-line das sessões da assembleia municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia passou ao ponto três da ordem do dia. **Ponto Três: Eleição de membro(s) suplente(s) para integrar a CIM do Ave, conforme disposto no artigo 83.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** Relembrou que já tinha sido feita a eleição dos elementos que integram a CIM do Ave, em representação da Assembleia Municipal, dois de cada grupo parlamentar, e que iriam ser eleitos os membros suplentes, um de cada bancada parlamentar, do PS e do PSD. E pediu aos líderes das duas bancadas que indicassem os nomes dos suplentes para colocar à consideração do plenário.

Interveio o líder da bancada parlamentar do PSD, o deputado Luís Amaro da Costa, que referiu que o PSD indicou para suplente o deputado José João da Costa Fraga.

Interveio o líder da bancada parlamentar do PS, o deputado Filipe Silva, para lembrar que aquando da eleição dos elementos que integraram a CIM do Ave, já tinham indicado a deputada Elisabete Cunha para suplente, pelo que mantinham essa indicação.

Depois o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

O deputado Rui Rebelo, que usou da palavra e disse: *“Acabamos agora de eleger, e muito bem, suplentes para a CIM do Ave, que é uma associação de direito público que tem objetivos muito importantes para os municípios que fazem parte, entre os quais o nosso, com fins mormente de gestão de projetos intermunicipais do Ave. Em 14 de novembro, do ano passado, há quase 11 meses, nós elegemos 4 representantes efetivos desta assembleia municipal; pois eu gostaria que o senhor presidente diligenciasse, num próximo futuro, para que esses senhores representantes, que são da bancada parlamentar do PS e do PSD, nos dissessem se já participaram em alguma reunião, nomeadamente da Assembleia Intermunicipal, que é o órgão deliberativo da CIM do Ave; o que é que fizeram; que interesses é que defenderam do nosso concelho; ou se estão lá a fazer de mortos.*

E, nomeadamente, até porque já vimos notícias do Diário do Minho, a CIM do Alto Minho já discutiu e resolveu a questão da reprogramação do programa 2020, se já discutiram esse programa? E, em que termos o nosso concelho foi defendido? E mais, até porque soubemos que a comunidade metropolitana do Porto até discutiu a descentralização de competências, e de recursos do Estado central para as autarquias, se discutiram e qual a posição do nosso concelho? Porque não seria cordial estar a perguntar ao senhor Presidente da Câmara, ou ao executivo municipal, que nos dessem essas informações, quando nós temos representantes próprios deste órgão.”

Deliberação: A assembleia municipal elegeu os seguintes membros suplentes, para integrar a CIM do Ave, conforme disposto no artigo 83.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: José João da Costa Fraga, pelo Grupo Parlamentar do PSD; Maria Elisabete Cardoso da Cunha, pelo Grupo Parlamentar do PS.

Seguidamente, o Presidente da Mesa verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e passou de imediato ao ponto quatro da ordem do dia. **Ponto Quatro: Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.

Pela Câmara municipal, interveio o Presidente, Avelino Silva, que cumprimentou todos os presentes e disse: *“É com agrado que vejo esta sala repleta e agradeço a todos a vossa presença.*

Apesar de estarmos a analisar um período curto da atividade da Câmara, estes meses estão em linha com o trabalho que estamos a desenvolver e marcará este primeiro ano de mandato. Como eu referi, no dia do concelho, este é um ano invulgar naquilo que é a tradição dos inícios de mandato. Estamos a executar obras de grande exigência financeira e muito importante para o nosso desenvolvimento.

A Escola E,B 2,3, apesar da complexidade da obra, está a cumprir o calendário definido, permitindo que o ano letivo inicie sem grandes problemas. Uma nota ainda, para destacar o reforço das medidas de apoio à educação, tendo este ano a autarquia assumido os cadernos de fichas do 1º ciclo. Este é um bom exemplo daquilo que queremos no apoio às famílias. Nenhum aluno deixará de frequentar a escola por falta de recursos. Todos têm acesso às escolas modernas e aos serviços essenciais, só assim podemos afirmar que somos um concelho com responsabilidade social.

A ampliação do Parque do Pontido, já foi inaugurada e está ao dispor de todos os povoenses; a requalificação das ruas da Vila e da Praça Eng.º Armando Rodrigues caminha para o seu fim. A empreitada de água e saneamento continua em várias frentes e a cumprir o plano de obra. Aquelas que são as principais obras das candidaturas apresentadas, estão a ser terminadas, representando uma mais valia nas áreas sensíveis como a educação, o ambiente ou a regeneração urbana.

Este foi também, um período de férias, onde recebemos os nossos emigrantes e onde os povoenses tiveram mais disponibilidade para sentir as ofertas culturais e desportivas da nossa terra. Registo a atividade recreativa deste período que tanto animou o nosso concelho, destacando a Moda Lanhoso; a Moda D'ouro, nas freguesias, o regresso do desporto automóvel, com uma adesão fantástica; a Noite da Juventude; a Feira Tradicional da Maria da Fonte; as caminhadas noturnas, que atingiram recordes de participação; enfim, tivemos oferta cultural e recreativa para todo o público, valorizando e envolvendo a "Prata da Casa" e tendo o cuidado de trazer ao concelho eventos de dimensão regional.

Caros deputados, a situação financeira da autarquia está estável e em linha de conta com o que analisaram no relatório semestral. O valor da dívida subiu pois as obras em curso têm uma exigência maior, assumindo a autarquia a sua participação. Mesmo assim, estamos longe dos limites e continuamos a ser um exemplo no pagamento a fornecedores. Entendemos que este relatório espelha bem a nossa estratégia de cumprir as propostas que apresentamos aos povoenses com rigor e com responsabilidade financeira.

Muito obrigado a todos."

Depois, o presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e disse: *“Relativamente à análise de atividade do município e sua atividade financeira, o PS considera-se inteirado. Contudo, tem algumas questões a considerar.*

No âmbito da ação social. Ser voluntário é empenhar-se em causas de interesse social e comunitário, e assim melhorar o seu empenho pessoal e a qualidade de vida da sociedade, ou seja, enriquecer a sociedade que recebe em troca cidadãos mais conscientes e com valores internos mais verdadeiros e solidificados.

A Câmara Municipal lançou dois cartões municipais que, segundo as suas palavras, representa benefícios para quem realiza voluntariado através dos bombeiros voluntários e da Cruz Vermelha da Póvoa de Lanhoso. E aqui sim, tem um belo exemplo de uma campanha para ser patrocinada no facebook do município. Pelo que me apercebi, não apareceu, e eu até sou atento.

Posto isto, e vendo com bons olhos o PS este tipo de iniciativas, Sr. Presidente, estamos a falar exatamente em que numero de abrangidos par estes dois cartões e qual o impacto económico que terá nas contas do município?

Em relação ao desenvolvimento económico. No dia 2 de agosto, foi publicado no sítio da Câmara Municipal, uma notícia que tinha por título “desemprego recua na Póvoa de Lanhoso”, são sempre excelentes notícias e deixam todos os presentes, nesta sala, otimistas. Diz a notícia: “Tem vindo a baixar o número de povoenses sem trabalho, inscritos no IEFP. De acordo com o IEFP, e no que concerne a este ano de 2018, verificou-se uma descida de cerca de 284 inscritos, 27% desde janeiro até junho.” O senhor Presidente, nessa mesma notícia, tece o seguinte comentário “Estes números são bom indicador do esforço que todos estamos a fazer para desenvolver o emprego no concelho”, já no passado dia 25 de setembro, nesta mesma sala, voltou a frisar sobre este mesmo tema “Na Póvoa de Lanhoso é bom viver, trabalhar e visitar”. Senhor Presidente, em concreto quantos empregos diretos ou indiretos foram criados no concelho? Pode assegurar-nos que essa baixa de desemprego tem relação direta com os criados na Póvoa de Lanhoso? Dou um exemplo muito concreto, a minha irmã encontrava-se desempregada, constava nos desempregados do IEFP da Póvoa de Lanhoso, arranhou emprego, mas não na Póvoa, em Braga. Saiu das estatísticas da Póvoa, agora como ela creio que possam haver mais, porque ela saiu daqui, está a trabalhar em Braga, desapareceu daqui mas não ficou cá a trabalhar.

Por fim, mas não por último, senhor Presidente, o Conselho Municipal de Juventude, que deveria ser um órgão municipal consultivo, que pretendesse proporcionar aos jovens do município um espaço aberto ao debate, à partilha de opiniões, e à semelhança do que acontece noutros municípios aqui ao lado, neste seu executivo, parece-nos um bocadinho chutado para canto. Sendo eu, um deputado indicado pela juventude socialista da Póvoa de Lanhoso, repudio em absoluto a forma como o Conselho Municipal de Juventude está a ser tratado. Senhor Presidente, faz ou não intenções de efetivar o conselho municipal como um órgão de consulta sua?

Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou todos os presentes e disse: *“Relativamente a este ponto, a Câmara Municipal, e muito bem, pelo senhor Presidente da Câmara, já introduziu o ponto fazendo uma análise detalhada e realista da atividade do município. Portanto, o grupo parlamentar do PSD encontra-se inteirado e esclarecido, e regista com agrado que a autarquia está a intervir em várias áreas quer a nível das obras realizadas, quer ao nível das iniciativas dos vários pelouros.*

É do senso comum que a política é feita com palavras mas muito mais, e bem mais, com ações. E estando nós aqui nesta assembleia, que marca quase um ano de mandato do atual executivo, é para nós, grupo parlamentar do PSD, o mais importante é sentir que o concelho está pojanete, a crescer, a saber responder de forma consciente às necessidades dos povoenses, a melhorar os seus equipamentos e infraestruturas públicas, e acima de tudo, a fixar pessoas, a atrair visitantes e a tratar como deve ser os seus habitantes. E aqui, aproveitava também, para responder ao deputado Miguel Pereira, que talvez deixem de contar aqui aqueles que vão para fora mas os que vêm trabalhar para dentro também devem contar para as estatísticas de combate ao desemprego.

Nota positiva, também, para o equilíbrio financeiro, para o prazo medio de pagamento a fornecedores, fixado em cinco dias. Deixamos assim um voto de confiança ao executivo municipal, pois tem sabido honrar o compromisso que tem assumido com os povoenses aquando das últimas eleições autárquicas.

Para terminar, e também, é com apreço e agrado, que vejo mais um jovem a participar nesta assembleia municipal, o Pedro Vale, é com agrado que registo esta tua primeira participação.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do MAI, Pedro Vale.

Interveio o deputado Pedro Vale, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Esta minha intervenção, relativamente a este ponto, é uma “chamada de atenção” porque, na nossa opinião, aquilo que deve ser um documento aferidor e claro das atividades do executivo camarário, acho que este é-nos dado de uma maneira muito pouco vaga, quase como uma composição de escola, “entrei no autocarro, sai do autocarro, fomos lanchar”, e eu acho que as coisas não devem ser muito por ai. Acho que devia ser um documento muito mais pragmático, mais claro, nas atividades que a Câmara faz, e é de salientar, também logicamente, que acho que falta muita coisa ainda a fazer, não contrariando aquilo que já foi feito, mas na área da educação, na área da ação social, no desporto, e aproveito aqui esta área do desporto para lançar uma pergunta ao executivo camarário que é se sabem, neste momento, do estado e*

condições da equipa sénior de andebol, da Associação de Andebol da Póvoa de Lanhoso? Qual é o estado da equipa sénior?

Relativamente à juventude, sinto-me um pouco envergonhado, devo dizer-lhes isto, porque olham para os jovens da Póvoa de Lanhoso como elementos para usar nas festas e sunsets e os jovens da Póvoa de Lanhoso precisam de muito mais que isso, inclusive de emprego, dinâmicas futuras, integra-los na politica, que era uma medida que a gente também ambicionava com a transmissão em direto porque podem ter a certeza absoluta que nenhum jovem vai sair de um café, vai sair de casa em frete ao computador para entrar numa porta destas e vir assistir a uma assembleia municipal. Acho que era para o interesse de todos.

Também na cultura e no turismo, acho que existe ainda, por parte deste executivo camarário, muita falta de conhecimento acerca de certas atividades culturais que se passam dentro das atividades culturais do nosso concelho, é falta de conhecimento ou então, falta de vontade de procurarem conhecer. E pedia um pouco mais de atenção para isto, porque há muita coisa a acontecer entre o nosso concelho, há muitos jovens empreendedores e com ideias, com valor muito mais fora do que dentro de portas, no nosso concelho.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado, António Carvalho.

Interveio o deputado António Carvalho, cumprimentou todos os presentes e depois de referir que a sua intervenção seria breve disse: *“Apenas umas breves recomendações à Câmara, relativamente ao estacionamento de autocaravanas que está previsto e aproveitar para felicitar a Câmara pelas obras do Pontido, quanto ao estacionamento de autocaravanas, eu tenho alguma experiência nesse campo, e para além de útil me parece bem concebido, recomendaria apenas três coisas que terão passado despercebidas ou que não estarão ainda completas.*

A primeira é, no que diz respeito ao despejo das cassetes químicas, a válvula de escoamento deve estar à altura que está, à altura do terreno, mas as paredes devem chegar à altura do joelho de um ser humano adulto, senão esparrinha tudo para o lado. Não esquecer os sinais indicativos da sua localização, para que as pessoas que não sabem que está lá, possam orientar-se e vir lá diretamente. E não esquecer, também, de incluir no site CampingCar Portugal, comunicar essa instalação.

Muito obrigado, e parabéns pela ideia.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu novamente a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Da parte da Câmara Municipal, interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, que disse: *“Muito obrigado, Capitão Carvalho, essa ideia também parte de si, e agradeço-lhe as ideias que nos deu para esse parque.*

Em relação ao emprego, todos nós temos a obrigação de baixar o desemprego, a Câmara Municipal, a sociedade civil, todos têm que estar empenhados nesta situação. Posso-vos dizer que a função da Câmara Municipal é puxar para cá empresas, é isso que tem feito. Temos feito um trabalho notável nessa área, e posso-vos dizer que a maior parte das empresas que troucemos para cá, já são várias, têm colocado pessoas da Póvoa de Lanhoso e não só, mas realmente posso-vos dizer que existem em várias empresas muita gente da Póvoa de Lanhoso a trabalhar. E vamos fazer tudo, e todos os dias estamos a lutar para que realmente se sediem mais empresas na Póvoa de Lanhoso, é nosso dever, é nossa obrigação lutar pela nossa terra, para que realmente o desemprego desapareça de uma vez por todas na nossa terra. Obrigado.”

Ainda da parte da Câmara Municipal, interveio o vereador André Rodrigues, cumprimentou todos os presentes e disse: *“Foram aqui colocadas duas questões a primeira quanto ao CMJ, o CMJ já reuniu uma vez este ano, contudo o deputado Miguel Pereira não esteve presente, e vai reunir novamente para solicitar o parecer quanto à proposta de plano e orçamento para o próximo ano. O Conselho Municipal da Juventude é um conselho consultivo, que reúne pelo menos uma vez por ano, nós já vamos ter duas reuniões este ano, esperamos que haja contributos da parte de todos, nunca foi negada a audiência a nenhum jovem, da minha parte, por tanto, estamos sempre disponíveis para ouvir os jovens e para proporcionar melhores condições par os jovens.*

A segunda questão, quanto ao deputado Pedro Vale, que questionou em relação à equipa sénior da Associação de Andebol da Póvoa de Lanhoso, já na última época desportiva a Associação de Andebol da Póvoa de Lanhoso não teve equipa sénior, e já este ano tivemos uma reunião em que foi dada a possibilidade de existir um aumento do subsídio por forma a terem uma equipa sénior, contudo, não conseguiram reunir o número de atletas suficientes, pelo que ficou sem efeito.

Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Pedro Vale, para pedidos de esclarecimento.

Interveio o deputado Pedro Vale, cumprimentou novamente todos os presentes e dirigiu-se ao vereador André dizendo: *“De facto é uma verdade que não existe atletas suficientes, porque o erro da falta de apoio não vem só deste ano, já vem de anos transatos. E neste momento, temos atletas da Póvoa a competir na primeira liga nacional, que é o caso do Cláudio, que é um miúdo da Póvoa e que não é o único, mesmo a nível desportivo temos um miúdo que joga ténis na Póvoa, e os senhores que tanto*

falam na organização de um torneio de ténis, mas esse nosso campeão de dentro de portas, teve que ir treinar para Braga por falta de condições.

Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Como ponto prévio, só dizer que, é habitual no PSD e no executivo, quando vêm falar de comissões ou qualquer coisa do género, e há um elemento do PS que falta, eles dizem sempre “faltou”, mas nunca dizem que foram apresentados motivos para faltar, como aconteceu com o camarada, o meu colega, Miguel Pereira que não esteve presente porque não podia por motivos de questões profissionais e avisou que não estaria presente na reunião.*

Quanto ao esclarecimento que eu queria prestar, e queria prestar porque também já muitas vezes tem sido habitual, no seio do PSD e da Câmara Municipal, confundir e muito, e têm a dificuldade de interpretar, mais recentemente percebemos que confundem o que é uma ilegalidade ou uma irregularidade, não sabem muito bem jogar com os temas, e agora querem baixar o número de desempregados povoenses, com postos de trabalho para gente de fora. Quando fazem isso, contribuem e muito bem, para reduzirem a taxa de desemprego do país, e ainda bem, agora o número de desempregados povoenses não diminui quando vem alguém de Braga ou de Vieira do Minho trabalhar para a Póvoa de Lanhoso., o número de desempregados povoenses é exatamente o mesmo.

Outra questão que não bate certo, é a intervenção do Sr. Presidente, que no início desta sessão disse, palavras suas, os povoenses parecem que não querem trabalhar, quase que disse que os povoenses não gostam de trabalhar. E de seguida vem cá e congratula-se pela baixa de desemprego para a Póvoa de Lanhoso, e eu não entendo, e relativamente a esta afirmação que o Sr. Presidente fez, no início desta assembleia, a questão aqui, que nós não sabemos, também, é se efetivamente a oferta é adequada à procura, porque ninguém tem que se sujeitar a qualquer coisa.

Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Sr. deputado Filipe Silva, então queria que me esclarecesse se alguém de fora que vem trabalhar para o concelho da Póvoa de Lanhoso, e fixa-se cá, ou seja, fica a morar cá na Póvoa, não combate o desemprego? Eu aqui no ponto falei que o executivo lutava para fixar pessoas, e aproveitei para responder ao Miguel, e é aí que eu digo que ao fixar*

peças cá e ao arranjar emprego a pessoas que vêm de fora, não combate o desemprego?”

Depois o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Eu perguntei em concreto quantos empregos diretos e indiretos foram criados aqui no município, dos povoenses que ficaram cá, os de fora reduzem a taxa de desemprego a nível nacional, se vêm para cá trabalhar, fico feliz e que venham muitos, e falei em concreto e dei o exemplo da minha irmã, que estava desempregada cá, constava no IEFP da Póvoa e que arranjou emprego em Braga, deixou de contar na Póvoa, reduz a taxa de desemprego a nível nacional mas não da Póvoa de Lanhoso.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luis Amaro da Costa.

Interveio o deputado Luís Amaro da Costa e disse: *“Apenas para responder ao Sr. deputado Miguel, que há 10 anos tínhamos parques industriais vazios, hoje estão cheios, isso é um indicador do emprego que temos no nosso concelho. Muito obrigado.”*

Seguidamente, o Presidente da Mesa voltou a conceder a palavra ao Presidente da Câmara para poder responder.

Interveio, novamente o Presidente da Câmara que disse: *“Sr. deputado, é sempre um prazer ouvi-lo. Eu não disse que os povoenses não queriam trabalhar, eu vou só frisar uma conversa que eu tive hoje, não é aquilo que você interpretou, eu estou a dizer, e vou referir, eu tenho uma empresa que precisa de 50 trabalhadores e posso-vos dizer, que ainda hoje me ligaram a dizer que continuam a precisar de trabalhadores, neste momento empregaram 10 pessoas de Vieira do Minho, porque na Póvoa de Lanhoso, nesse sector, não há pessoas, mas eu posso comprovar o que estou a dizer. E se lhe disser qual é o sector e se você me disser 50 pessoas para esse sector, eu emprego-as já amanhã.”*

Finda a intervenção do Presidente da Câmara, o Presidente da Mesa deu por concluído o ponto numero quatro da ordem do dia.

Deliberação: A assembleia municipal ficou inteirada da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

De imediato, o Presidente da Mesa passou ao ponto cinco da ordem do dia. **Ponto Cinco: Informação da câmara municipal de relatório semestral sobre a situação económica e financeira, e relatório trimestral de execução orçamental (2º trimestre) da EPAVE, E.M. nos termos do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atualizada.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Da parte da Câmara Municipal, interveio a vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“Tratando-se de documentos técnicos que vão a reunião de câmara e de assembleia nos termos legais, cumprimos o dever de informar.*

De salientar os encargos financeiros que a EPAVE suporta devido aos atrasos nos reembolsos por parte do POCH, e que é geral, bem como no que à participação pública nacional diz respeito, cujo assunto tem passado de ministério em ministério, sem que haja, até à data de hoje, uma solução. De qualquer forma, estão relevados contabilisticamente em subsídios à exploração, em outros créditos a receber, estas duas situações.

Assim sendo, os documentos evidenciam uma boa capacidade de gestão orçamental, não há no relatório do ROC qualquer referência negativa ao modelo de gestão ou ao tomar de decisões do Conselho de Administração. Muito Obrigada.”

Depois, o Presidente da mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado Diogo Sousa, cumprimentou todos os presentes e disse: *“Relativamente ao documento em análise, observamos, como já foi referido, que fica evidenciada uma boa capacidade de gestão orçamental e que, de facto, não está presente neste documento, qualquer referência negativa ao modelo de gestão.*

Pela negativa destacamos fatores externos à escola, e à sua gestão, nomeadamente o atraso permanente nos pagamentos pela entidade financiadora que leva a problemas constantes de tesouraria na escola.

Referimos também a alteração ocorrida no financiamento da componente pública nacional, que até há poucos anos era assumida pelo Estado e que agora pretende que sejam as entidades formadoras a assumir. Estas questões técnico-jurídicas têm prejudicado a gestão financeira da escola o que vemos com alguma preocupação.

Posto isto, resta-me desejar, em nome da bancada parlamentar do PSD, que o ano letivo que agora se iniciou corra pelo melhor, quer para a instituição como para a nobre função de ensinar homens e técnicos capazes de acrescentar valor às nossas empresas. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada Carla Santos, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Sr. Presidente, constata-se a existência de dificuldades de tesouraria da EPAVE no curto prazo de acordo com indicadores de liquidez imediata, em que as disponibilidades de encaixe em bancos são insuficientes para resolver os compromissos sendo que esta situação é devida aos atrasos nos pagamentos dos organismos gestores. Estas verbas onde ser transferidas, pelo que a questão que se coloca tem que ver com a contrapartida nacional que terá que ser assegurada com receitas próprias. Com o fim do regime de exceção do Portugal 2020, as empresas locais têm que assegurar a contrapartida nacional que neste caso, creio que são 15%. Sr. Presidente, de que forma a EPAVE vai assegurar a contrapartida nacional?”*

Uma nota final, seria interessante que no balanço fosse colocada uma coluna com o período homólogo, junho de 2017. Muito Obrigada.”

Depois, o presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Face ao ponto cinco, situação económica e financeira e relatório trimestral da EPAVE, o PS considera-se inteirado. Contudo, Sr. Presidente, voltamos a reafirmar o nosso alerta, já feito na anterior assembleia, face às alterações introduzidas pelo QREN, mais concretamente as regras relativas à contrapartida pública nacional. Relembramos as senhoras e os senhores deputados, que a contra partida ronda cerca de 15% do valor do orçamento da EPAVE. O ROC informa na página nove, realmente, que se encontram relevados contabilisticamente em subsídios e outros respeitantes ao FSE e aos 15% respeitantes à contra partida pública nacional.*

Sr. Presidente, gostaríamos que nos explicasse uma vez que há um conflito de interesses legais e tendo a EPAVE, na última assembleia tínhamos esse documento, um parecer jurídico em que nos dava um parecer favorável respeitante à contra partida nacional, mas estando previsto terminar esse financiamento por parte do QREN, gostávamos de saber como é que isso, sendo uma realidade, como é que vamos conseguir ultrapassar isso.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal para responder.

Da parte da Câmara Municipal, interveio a vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“É uma situação que não é de fácil resolução, porque uma escola não tem receitas próprias, como é óbvio. E a Câmara não pode atribuir subsídios à exploração por força da Lei 50 de 2012. O que não me parece correto é que Lisboa, Vale Tejo e Algarve, que já não têm direito a fundos comunitários, as suas escolas profissionais estejam a ser financiadas a 100% pelo orçamento de Estado.*

Não faz sentido as escolas privadas estarem a ser financiadas a 100% e cinco escolas do país, isto é uma gota, cinco escolas do país só porque as câmaras têm influência dominante, ou maioria, que é o caso da Póvoa de Lanhoso; Rio Maior; Felgueiras; Barcelos e Cinfães, são as únicas no país que não são financiadas a 100%. O Governo tem que olhar para esta situação, o ministro que excecionou no anterior quadro comunitário, continua em funções, é exatamente o mesmo ministro, e julgamos, estamos a trabalhar em conjunto as cinco câmaras, que deve excecionar como fez há uns anos atrás. É nesse sentido que estamos a trabalhar, se tivermos que ir por outras formas de atuação, vamos ter que ir.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada Carla Santos e dirigiu-se à senhora vereadora dizendo: *“Senhora vereadora, qual é posição da CIM neste assunto? Que pressão é que a CIM tem feito para se resolver este problema?”*

Seguidamente, o Presidente da Mesa voltou a conceder a palavra à vereadora Gabriela Fonseca para responder.

Interveio novamente a vereadora, Gabriela Fonseca e disse: *“Senhora deputada, eu não creio que isto não é um problema da CIM, porque nós somos o único município da CIM que estamos nestas condições, parece-me mais que se o que estamos a fazer conjuntamente com os outros municípios junto do ministério não resultar, temos que ir pela associação nacional de municípios, a que todos pertencemos, que somos sócios e pagamos quotas, e que provavelmente está alheio a esta situação. E porque a associação nacional das escolas profissionais também não consegue fazer nada. E depois há outras vias, como é obvio.”*

Deliberação: A assembleia municipal ficou inteirada da informação da câmara municipal de relatório semestral sobre a situação económica e financeira, e relatório trimestral de execução orçamental (2º trimestre) da EPAVE, E.M. nos termos do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atualizada.

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu por terminado o ponto cinco e passou de imediato para o ponto seis da ordem do dia. **Ponto Seis: proposta da câmara municipal para a designação do revisor oficial de contas, dr. Alberto Manuel Martins, com inscrição na lista ROC sob o nº 974, para prestação dos competentes serviços à EPAVE, E.M. (escola profissional do Alto Ave).** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o líder parlamentar do PSD, Luís Amaro da Costa, apenas para informar que, uma vez que o deputado José Manuel Silva faz parte da administração da EPAVE, se iria ausentar.

Pela Câmara Municipal, interveio a vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Este ponto é muito objetivo, cabe à assembleia municipal designar o ROC da EPAVE sobre proposta da câmara municipal, a proposta apresentada é a recondução do ROC face ao trabalho desenvolvido ao longo de muitos anos, já está lá há muitos anos, sendo que a remuneração de honorários auferidos são também os mesmos. Muito obrigada.”*

Depois o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado Diogo Sousa, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Entendemos a proposta de recondução do ROC apresentada pelo conselho de gerência e face ao trabalho desenvolvido, ninguém melhor do que este órgão para avaliar o seu trabalho, apesar de esta ser uma competência da assembleia, ela torna-se meramente formal. Muito obrigado.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Para este ponto gostaríamos apenas de fazer uma pequena questão, entendendo a justificação do ponto de já conhecer o ROC há já vários anos e o trabalho dele, para além disso a câmara municipal consultou mais algum ROC ou escolheu logo este ROC?”*

Depois, o Presidente da Mesa verificou que não existiam mais pedidos de intervenção pelo que concedeu novamente a palavra à câmara municipal para responder.

Interveio novamente a vereadora Gabriela Fonseca apenas para responder: *“Só para dizer que a proposta da escola feita à câmara foi para a recondução do ROC, até porque as escolas profissionais têm uma especificidade própria e os ROC que trabalham com as empresas é um trabalho substancialmente diferente do que aqueles que trabalham com as escolas profissionais que têm essas especificidades. E dado o trabalho que ele tem desenvolvido, ele já estava na EPAVE quando nós viemos para a câmara, não vimos vantagem em mudar e não há aumento de honorários por isso não vimos razão para mudar.”*

Depois, o Presidente da Mesa verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto a votação.

Deliberação: A assembleia municipal aprovou por maioria a proposta da câmara municipal para a designação do revisor oficial de contas, dr. Alberto Manuel Martins, com inscrição na lista ROC sob o nº 974, para prestação dos competentes serviços à EPAVE, E.M. (escola profissional do Alto Ave).

Seguidamente, o Presidente da Mesa passou ao ponto sete da ordem do dia. **Ponto Sete: Informação semestral do ROC sobre a situação económico-financeira do 1.º semestre de 2018, do município.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Pela Câmara Municipal, interveio a vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Trata-se de um relatório intermédio, referente ao 1º semestre onde é já possível retirar algumas conclusões do mesmo mas ainda é suscetível de variações até final do ano, como é óbvio.*

Trata-se pois de um documento técnico, mas do balancete posso salientar os seguintes aspetos. O imobilizado é o que tem mais peso correspondendo a 93%, seguido dos fundos próprios que corresponde a 68%, cumprimos a regra do duplo equilíbrio financeiro, que é imposto pelo POCAL, por exemplo. Ou seja, os recursos cobrem as despesas e as receitas correntes não só cobrem as despesas correntes como, também, as superam.

Relativamente à execução orçamental, as despesas correntes correspondem a 44% e as receitas correntes correspondem a 49%; a taxa de execução da receita é de 40% e a taxa de execução da despesa é de 36%. A execução das despesas de capital é de 27%, e no período homólogo era de 21%, a execução da receita de capital é de 20%, e no período homólogo era de 11%. Por outro lado, a dívida a 31/12/2017 reduziu. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Paulo Bastos.

Interveio o deputado Paulo Bastos, cumprimentou todos os presentes e disse: *“O peso dos fundos próprios está erado, porque os fundos próprios incorporam o resultado líquido e mais adiante vamos ver que o resultado líquido está erado.*

Assistimos na apresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro de 2017, com uma demonstração clara de desconhecimento por parte do Sr. Presidente e dos vereadores da situação económico-financeira da câmara. Tendo até a Dr.ª Gabriela confessado, e bem diga-se de passagem, não ter conhecimentos técnicos para este tipo de discussão. Esperamos que essa situação se tenha alterado e que se

tenham preparado junto de quem tenha tais conhecimentos, que pelos vistos, não aconteceu.

Relativamente à informação do 1º semestre do exercício de 2018, lamentamos a não emissão de um balanço e de demonstração de resultados, ou que pelo menos, disponibilizassem o balancete que o PS teria todo o gosto em produzir essas peças. Bem sabemos que não é obrigatório mas até o vosso auditor externo manifesta essa estranheza, e diga-se de passagem que hoje em dia qualquer empresa por mais pequena que seja até apresenta contas mensais. Ainda assim, e do que é possível verificar, alertamos para o seguinte, que achamos de extrema relevância e que apanhar desprevenido os mais distraídos e os menos interessados, na página cinco do relatório da sociedade de revisores, são apresentadas rubricas avulso da demonstração de resultados que finaliza com a apresentação do resultado do exercício. E então diz, na tal página cinco, podemos ver custos e perdas; proveitos e ganhos; e depois tem a 30/06/2018 o resultado líquido do exercício com um milhão, setecentos e setenta e dois mil e duzentos e trinta e quatro euros. Acontece que as provisões do exercício decidiram não fazer, mais adiante poderemos ver que deviam constituir mais algumas mas não o fizeram, mas falta lançar as amortizações do exercício, não é?

Ora bem, as amortizações do exercício transato foi de três milhões, seiscentos e noventa, contas para todos perceberem se lançarmos metade deste valor, não ade ser muito diferente, até poderá ser mais porque foi constituído mais imobilizado, portanto metade de três milhões, seiscentos e noventa é um milhão, oitocentos e cinquenta, ora o resultado está em um milhão, setecentos e setenta e dois, reverte o resultado para resultado líquido negativo de setenta e três mil. Na segunda-feira pode ligar ao seu revisor e ele ade-lhe confirmar-lhe essa informação, portanto vocês decidiram não lançarem as amortizações, acredito, de forma sem ser propositada, mas as amortizações é um custo do exercício, e no caso do município bastante elevado, no ano passado foram de quatro milhões. E portanto o resultado líquido do exercício do primeiro semestre de 2018 é negativo.

Aliás, se formos só para o resultado operacional, podemos ver a tendência decrescente do mesmo. Em 2016 o resultado operacional, fim do exercício obviamente, foi de mais 198.000, em 2017, final do ano passado, o resultado operacional menos 819.000 e mais ou menos aquilo que eu estimo aqui para 30/06/2018, um resultado negativo de 400.000. Ora bem, após este elementar e essencial, parece-me essencial, estamos a falar de um resultado final, afinal os fundos próprios estavam mesmo deturpados. Após este elementar e essencial esclarecimento gostaríamos de colocar as seguintes questões: Qual o índice, esperamos que desta vez sejam respondidas, ao nível atua da autonomia financeira do município? Uma pergunta que pode não ser tão fácil mas interessante porque o próprio revisor mostra algum desconforto, para quando o término da inventariação física de todos os bens a integrar no imobilizado do município? Se o município já cumpre, o estipulado no artigo 74 da Lei 42/2016? Devem saber o que é, é a

questão dos 10%. E se estão a ponderar constituir provisões dos processos em aberto, são muitos, a própria sociedade revisora de contas, que vos auditam, considera pouco cauteloso o valor das provisões constituídas.

Finalmente, se já nos consegue elucidar sobre os spreads que estão associados aos empréstimos efetuados ao município, e se já nos conseguem dar a conhecer os detalhes dos movimentos em aberto explícitos nas condições bancárias. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado Diogo Sousa, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Na análise deste relatório intermedio, do 1º semestre, que apesar de já ser possível retirar algumas conclusões, o mesmo ainda é suscetível de sofrer variações, verificamos que fica claro o impacto dos investimentos financiados pelos fundos comunitários, as principais variações na receita e na despesa, vêm desse facto, o que significa que a autarquia atravessa uma fase de forte investimento.*

Uma execução corrente perto dos 50%, um indicador muito positivo; foi cumprido o princípio do duplo equilíbrio, pois os recursos cobriram todas as despesas e as receitas correntes são superiores às despesas correntes; a redução da dívida face a 31/12/2017, representam uma posição muito confortável quanto aos limites de endividamento.

Resumindo, o relatório do ROC apresenta indicadores que devem tranquilizar esta assembleia e os povoenses, pois a gestão da autarquia está a ser concretizada com rigor e transparência. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, cumprimentou novamente os presentes e referiu: *“Primeiro, congratular-me por tempestivamente apresentarem a informação semestral económico-financeira do município. E há um ponto, que o senhor deputado Paulo Bastos já referiu, e que é recorrente e que o auditor externo volta a enunciar, e pré-anunciando que pode auditar as contas com reservas o que será negativo para a imagem do nosso município e dos nossos órgãos municipais. E que é a questão que ele aqui reproduz, do seguinte modo “as contas do município não refletem na íntegra a situação patrimonial, relativamente aos bens do imobilizado”.*

Então, Sr. Presidente, e dado que esta questão já foi posta pelo MAI, primeiramente pelo MAI, quando é que fechamos este processo de inventariação do património do município? E se não temos um prazo determinado, então diga-nos como é que vamos resolver este problema que parece intransponível para o executivo. Isto pode ter consequências em termos de crédito de imagem muito negativas para nós. Senão é assim, então eu recomendo-lhe que crie uma “task force” em subcontratação para

concluir este processo, e efetivamente resolvemos este problema. Porque senão nós não conseguimos aferir o resultado do exercício, não podemos fazer aqui um a vigilância, uma oposição construtiva, porque o próprio auditor externo diz-nos que temos esta deficiência.

A questão que ponho a seguir, é outra questão que aqui o deputado Paulo Bastos também já referiu, e que já no período homólogo de 2017 o auditor externo chamava a atenção, que é a questão de não se efetuar, uma recomendação que ele fez, da mensuração das amortizações, e de facto, assim sendo, os resultados semestrais estão sobrevalorizados, porque se não contempla as amortizações nós não podemos aferir do verdadeiro resultado do exercício que se vai efetivar no final do ano. Por ventura na apresentação do orçamento já vamos ter uma indicação, mas neste eu não ia tão longe, não arriscava um prognóstico de que vai dar um resultado negativo, mas isto é de facto preocupante porque não temos dados.

Sobre os indicadores de autonomia financeira e de liquidez, eu apraz-me registar o cumprimento dos prazos do endividamento, e portanto há ainda capacidade de endividamento da câmara e é uma situação confortável, como aqui eu já referi perante um país que tem 150 mil milhões de dívida nacional. Mas, senhor Presidente, o endividamento legal, para quem sabe, não contempla todas as dívidas há dívidas, nomeadamente dívidas a terceiros, que não são contempladas no endividamento legal. Isto significa, como já aqui chamei a atenção, que o endividamento tem crescido, e cresceu no final do ano, não no seu mandato. E portanto começa a ser preocupante. Se o endividamento legal não é preocupante é o endividamento geral preocupante. E é tanto mais preocupante, deixo-lhe esta nota, para reunir os seus assessores da área económico-financeira, quando a câmara municipal não consegue executar o grosso das suas receitas orçamentais, e isso traz-nos uma preocupação no sentido de sermos ainda mais vigilantes, e é isso que lhe peço, Sr. Presidente da Câmara. Muito obrigado.”

Depois o Presidente da Mesa voltou a conceder a palavra à vereadora Gabriela Fonseca, para poder responder.

Interveio novamente a vereadora Gabriela Fonseca e referiu: *“Já anteriormente, noutra assembleia anterior, o Sr. deputado Paulo Bastos foi convidado para ir à câmara para esclarecer todas as suas dúvidas e aceder a todos os documentos que entendesse, voltamos-lhe a fazer esse convite. Se nós fossemos técnicos não precisávamos de técnicos para nada, não é? Nós estamos numa assembleia municipal, as contas públicas são diferentes das contas das empresas privadas, está habituado a lidar com empresas privadas, aqui não é a mesma coisa, quanto às provisões elas estão aqui, estão aqui três casos que são aqueles, os outros são passivos contingentes, são aqueles que não oferecem risco, nós não achamos, o advogado é que tem que dar essa indicação, nós não*

interferimos nisso. Ele é que acompanha, ele é que é técnico da área é que dá essas indicações.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Paulo Bastos, para pedido de esclarecimentos.

Interveio o deputado Paulo Bastos, que disse: *“A questão das provisões é a antiguidade, que esses processos já têm alguma antiguidade, por precaução normalmente lançam-se as provisões. É que as contas do município já têm uma reserva constituída no final do exercício de 2017 relativamente à inventariação física do património estar atrasada.”*

O Presidente da Mesa voltou a conceder a palavra à vereadora Gabriela Fonseca, para responder.

Interveio novamente a vereadora Gabriela Fonseca e disse: *“Se o inventário tivesse sido iniciado em tempo útil, quando devia ser, não estávamos atrasados. O problema é que não havia nada inventariado e havia muita coisa que nem sequer estava registada. Era obrigatório desde 2002 e não estava rigorosamente nada feito em 2005, quando entramos, não é?”*

Neste momento, o que nós temos as estradas, os Kms tudo inventariado relativamente às estradas, ainda não conseguimos concluir o resto. Quem começou do zero, quando devia começar a 20, 30, 40 ou 50%, não pode, não é?”

Depois, o Presidente da Mesa verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e deu o ponto por terminado, sugerindo uma pequena pausa de 10 minutos.

Deliberação: A assembleia municipal ficou inteirada da informação semestral do ROC sobre a situação económico-financeira do 1.º semestre de 2018, do município.

Após um pequeno intervalo o Presidente da Mesa retomou os trabalhos com o ponto oito da ordem do dia. **Ponto Oito: Proposta da câmara municipal para que seja reconhecido interesse público estratégico da ampliação do Edifício do Centro Social e Paroquial de Garfe.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Pela Câmara Municipal, interveio o vereador, André Rodrigues, que cumprimentou todos os presentes e disse: *“Com o objetivo de reconhecer o interesse público estratégico para ampliação do edifício do centro social e paroquial de Grafe, como viram na proposta, foi feito aqui um enquadramento com vista a que seja executada um a ampliação do edifício existente e como tal, para que exista uma majoração até 100% da*

capacidade construtiva do terreno, obriga a que esta assembleia se pronuncie nesse sentido. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, José Fraga.

Interveio o deputado José Fraga, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“Relativamente ao ponto oito que é a proposta da câmara para que seja reconhecido o interesse público estratégico da ampliação do edifício do centro social e paroquial de Garfe, após análise da proposta efetuada pelo centro social e paroquial, a proposta da Câmara municipal e os respetivos pareceres, a bancada parlamentar do PSD encontra-se inteirada e votará favoravelmente este ponto.*

Desde já, louvamos a iniciativa, o reconhecimento da necessidade e o esforço de todos os intervenientes neste processo, melhorando assim uma oferta social e possibilitando a criação de mais postos de trabalho. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS e Presidente da Junta de Garfe, Paulo Ferreira.

Interveio o deputado Paulo Ferreira, cumprimentou todos os presentes e disse: *“O centro social e paroquial de Garfe presta um serviço extremamente relevante, e eficiente, no apoio à população mais desfavorecida da freguesia, quer em Grafe como nas áreas circundantes. Presta já apoio domiciliário; ATL; serviço de apoio ao jardim-de-infância, com alimentação e transporte; e foi o primeiro centro de noite a ser criado, no país, e portanto é pioneiro nessa valência. Nesse sentido, e porque nesse centro de noite só permite que os idosos fiquem de noite mantendo durante o dia a sua permanência nas suas habitações, o que como todos sabemos, quando os idosos ficam totalmente dependentes, não possível continuar com essa situação e dado que a população, como todos sabemos infelizmente, está cada vez mais envelhecida. Digamos que esta criação de um lar ou uma ERPI, uma estrutura residencial para idosos, como agora é designada, é de todo importante e salutar até para a própria instituição.*

Neste sentido, esta proposta de reconhecimento do interesse público estratégico solicitado pelo próprio centro, e que vem agora a esta assembleia, é da mais elementar justiça e da mais elementar, digamos, necessidade para uma resposta à população de Grafe e da área circundante, como acabo de dizer. Peca até já por tardia, porque é uma valência que já deveria estar criada e que já foi solicitada em junho e portanto, creio que em junho já perdeu uma hipótese de candidatura, daí que é da mais elementar justiça que seja votada favoravelmente, neste sentido a bancada do PS votará favoravelmente esta proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada Carla Santos, e no uso da palavra disse: *“Sr. Presidente, todos conhecemos e reconhecemos o trabalho desenvolvido pelo centro social e paroquial de Garfe, com a visão posta no futuro o centro social e paroquial de Garfe foi sempre capaz de implementar projetos inovadores e respostas eficazes às necessidades da população, não está, por isso, em causa a relevância desta obra.*

A questão que tínhamos para colocar, porque isso não estava claro na documentação que nos deram, tem a ver com os condicionalismos que se colocavam para que esta obra não seguisse o procedimento normal, mas o Sr. vereador já respondeu a essa questão. Muito obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e passou de imediato à votação.

Deliberação: A assembleia municipal aprovou por unanimidade a proposta da câmara municipal para que seja reconhecido interesse público estratégico da ampliação do Edifício do Centro Social e Paroquial de Garfe.

Depois, o Presidente da Mesa passou ao ponto nove da ordem do dia. **Ponto Nove: Proposta da câmara municipal para reconhecimento de interesse municipal do projeto denominado de “Eco Parque de Campismo e Caravanismo” na freguesia de Vilela, concelho da Póvoa de Lanhoso.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação deste ponto.

Pela Câmara Municipal, interveio o vereador André Rodrigues que referiu: *“Tratando-se de um ponto, em parte, idêntico ao anterior, embora aqui com o objetivo de reconhecimento de interesse municipal a um Eco parque de campismo e caravanismo situado na freguesia de Vilela. Neste caso, estamos perante um investimento de um valor avultado, de um residente da freguesia de Vilela, que pretende fazer um investimento nos próximos 12 meses. Perante isto, solicita-se à assembleia municipal o reconhecimento do interesse público dado o requerente necessitar do parecer da CCDRN ao qual obriga a que este reconhecimento de interesse público, pelo facto do terreno estar condicionado pela RAN. Muito obrigado.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Relativamente à proposta do ponto nove o PSD encontra-se inteirado sobre a proposta e salienta que, qualquer proposta de atração de investimento, em qualquer*

área, mas, neste ponto em particular, na área do ambiente, capaz de potenciar o concelho, é de salutar e por isso votaremos favoravelmente. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, e no uso da palavra referiu: “Face ao ponto nove, a proposta de reconhecimento do interesse municipal do eco parque de campismo e caravanismo de Vilela, o PS da Póvoa de Lanhoso, nas eleições últimas, defendia no seu programa eleitoral, entre outros, uma Póvoa Eco. Isto é, um modelo de desenvolvimento estratégico, ecológico que minimizasse o impacto das gerações passadas e atuais sobre o ambiente, por forma a garantir um futuro sustentável no nosso município.

A instalação no nosso município, nas nossas freguesias, aqui em concreto em Vilela de espaços que têm por finalidade o desenvolvimento económico das mesmas, é sempre bem vista, ainda mais, tendo por base a sustentabilidade ambiental, social e económica. Este eco parque de campismo e caravanismo, esperemos que venha a ser um lugar com vida própria e com todos os serviços e infraestruturas fundamentais para que a estadia seja agradável, assim sendo, e fazendo boa-fé, o PS votará favoravelmente.

Sr. Presidente, só um aparte, pode ter sido um problema meu de impressora, mas não me parece, os documentos vinham mesmo com muita má qualidade, se fosse possível, os serviços da próxima vez terem mais cuidado. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada Carla Santos, e no uso da palavra disse: “Sr. Presidente, primeiro Garfe, o Garfe Park Camping, parque de campismo rural com uma área de 5.000 m² e com uma capacidade máxima para 30 instalações, entre caravanas, autocaravanas e tendas. Agora Vilela, o Eco parque de campismo e caravanismo na freguesia de Vilela, exemplos de como a iniciativa privada é capaz de promover projetos que respeitam o ambiente, fortalecem a economia local, rentabilizam os recursos endógenos. Soluções que não perturbam os núcleos urbanos e as suas populações.

Ora, estes exemplos de iniciativa privada levam-nos a um projeto de iniciativa pública, Sr. Presidente, ao parque de autocaravanas promovido pela câmara municipal num espaço nobre e central na vila da Póvoa de Lanhoso no parque do Pontido. Um parque de autocaravanas no centro da vila contraria todas as boas práticas internacionais, por norma, o trânsito de autocaravanas está proibido ou limitado nos centros das cidades, os parques de autocaravanas encontram-se a quilómetros dos centros urbanos. Veja-se, a título de exemplo, Bilbao.

O Sr. Presidente disse na Comemoração do dia do concelho que tinha três objetivos para este mandato, um dos quais seria criar uma nova acessibilidade à vila e retirar o trânsito do centro da vila. De que forma este objetivo se cruza com um parque de autocaravanas

em pleno coração da vila? Como é que um espaço destinado às pessoas, à ligação das pessoas com a natureza, a câmara municipal faz um parque de autocaravanas? Obrigada.”

Seguidamente o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal para responder.

Interveio o Presidente da Câmara que usou da palavra apenas para esclarecer que não era um parque mas sim uma estação.

Depois, o presidente da Mesa verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e passou de imediato à votação.

Deliberação: A assembleia municipal aprovou por unanimidade a proposta da câmara municipal para reconhecimento de interesse municipal do projeto denominado de “Eco Parque de Campismo e Caravanismo” na freguesia de Vilela, concelho da Póvoa de Lanhoso.

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque deu início ao **ponto 10** da ordem de trabalhos: **Proposta da câmara municipal para reconhecimento de interesse municipal de exploração destinada à produção de carne de suíno e bovino, em regime intensivo, de José Marques Oliveira & Filhas, Lda., cont. 508 771 765, sita na freguesia de Santo Emilião, no uso da faculdade prevista no regime excecional de regularização constante do Decreto-lei 165/2014, de 05 de novembro.**

Concedeu a palavra ao Vereador André Rodrigues.

Interveio o Vereador André Rodrigues, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto dezo com o objetivo de reconhecimento de interesse municipal de uma exploração destinada à produção de suínos e bovinos em regime intensivo na Freguesia de Santo Emilião. É importante fazer aqui um enquadramento quanto a este ponto e então começando pelo seguinte: no passado dia 5 de novembro de 2014 saiu um Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro com o objetivo de licenciar determinadas explorações sejam elas pecuárias ou industriais que se encontrem em elaboração já com uma determinada idade mais do que 15 anos, ou seja anteriores a 99. Contudo obrigaria a uma série de obrigatoriedades entre elas que o Município se pronunciasse quanto ao reconhecimento de interesse público desta mesma exploração e para isso a DRAP que é a entidade reguladora ou coordenadora das instalações pecuárias solicitou ao município dois pareceres, no caso, primeiro o deles, se o terreno em causa possibilitava a edificação e o Município respondeu que sim, tendo em conta, duas situações. A primeira

foram os registos arqueológicos e temos aqui também no ponto um parecer do arqueólogo municipal e também ao nível da proteção civil e além disso também os serviços de obras municipais, obras particulares, pronunciaram-se dando conta que seria possível a edificação naquele local, mediante a aprovação da própria DRAP. Perante isto a própria DRAP, pareceres ao município solicitou também a outras entidades, entre elas a APA, A Proteção Civil Distrital, a CCDRN, por exemplo e nesse sentido já obteve pareceres numa primeira fase todos eles positivos à exceção da declaração que faltou de interesse municipal por parte do Município.

Ou seja este pedido que pode ser solicitado duas vezes, ou seja, só pode ser chumbado uma, já teve um primeiro chumbo dado ao facto de não ter sido dada entrada por parte do requerente do interesse municipal na DRAP. E perante isto, o Município, foi-lhe solicitado e um ponto que já foi a Reunião de Câmara e vem agora à Assembleia Municipal, deste reconhecimento de interesse municipal e o objetivo passa por possibilitar a legalização de uma exploração que até a esta data já funciona há mais de 15 anos. Apesar de tudo já tem um registo aqui no Concelho, mas que ainda não está licenciada. Reconheceu a Câmara Municipal que mais vale ter uma estrutura a funcionar legalizada que é assim que realmente acontece, tanto por parte da DRAP que é a entidade que coordena a instalação, mas também por parte da Câmara que depois pode vir a licenciar a instalação, a licenciar a construção para a instalação. Ou seja, depois de reunidos todos estes pareceres por parte da DRAP, sendo eles positivos é emitida uma informação ao requerente dando conta de que aquela instalação pode ser legalizável naquele local e mediante isso vem o requerente solicitar uma licença de construção para este fim ao Município e que depois terá de responder aquelas que serão obrigаторiedades normais da edificação municipal para possibilitar o licenciamento do que já está lá feito no caso.

Portanto é este ponto que se coloca à consideração da Assembleia Municipal. Obrigado.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, abriu as inscrições para aquele ponto da ordem de trabalhos. Concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“ Em relação a este ponto da ordem de trabalhos de reconhecimento de interesse municipal, de uma exploração de produção de carne suína e bovina, permitam-me que diga desde já para começar que este não é um tema unânime mesmo em termos do nosso grupo parlamentar porque mexe com algumas sensibilidades. Mas é uma faculdade permitida pela lei, a legalização destas explorações e como exige o reconhecimento do interesse municipal aqui estamos para o debater. Como já foi até explicado, esta é uma atividade económica que naturalmente terá o interesse para a

área em que está implantada mas é também uma atividade que terá de ser muito acompanhada, atenta a sua especificidade e a especificidade dos efluentes que gera. Parece-nos no entanto, como já foi também referido pelo Vereador André, que é preferível ter esta atividade devidamente legalizada e por isso sujeita às verificações impostas pela lei do que ter uma atividade irregular e sem controlo. Aqui terá também certamente um bom ponto de ação para a própria Comissão de Ambiente desta Assembleia Municipal também se poder debruçar no futuro sobre a atividade destas empresas. É importante ainda, também, referir que quem emite a licença de exploração não a ver conosco é a DRAP NORTE e é um organismo estatal que competências necessárias bem como ou cuidados exigíveis para este tipo de explorações. A esta Assembleia Municipal por aquilo que nos é dado a entender é pedido apenas que permita a esta empresa que dê o passo a seguir no sentido de se sujeitar às inspeções legais que lhe permitirão ou não exercer no futuro a sua atividade. Como já referi no início e não sendo um tema unânime o grupo parlamentar do PSD terá liberdade de voto nesta votação.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Fernando Carlos Ribeiro.

Interveio o deputado do GP do PS, Fernando Carlos Ribeiro, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Cabendo-me a mim fazer a intervenção neste ponto queria antes de informar a decisão da bancada do PS, fazer uma pequena informação que pode ser ou não útil para qualquer tipo de certidão que seja emitida.

Em relação à exploração em causa e depois de consultada a proposta, bem como os documentos que são anexos, o reconhecimento municipal é de todo descabido. É fundamentada em dois pareceres de dois técnicos do Município em que um realça a legalidade existente e o outro não relata toda a verdade. O segundo parecer é básico que eu de certeza o fazia melhor. No ponto três da proposta onde refere e passo a citar: que a exploração possui plano de gestão de afluentes e passo a mostrar o que são os planos gestão de afluentes desta exploração.

A cerca de 100 metros das habitações, no monte tem valas abertas pelo monte todo a baixo com mangas tipo bombeiros onde liberta tudo o que vem das fossas céticas que menciona que são três. É mentira. São dois buracos a céu aberto. Aqui estão elas. Não são três. São dois buracos a céu aberto existentes. Buracos estes, com proximidades de 200 metros do Rio Ave e que por vezes isto constatado e com testemunhas é libertado estas fossas para o Rio Ave. Ok?

No pedido formulado pelo requerente este informa no primeiro parágrafo da conclusão que salvaguarda a qualidade do ambiente. É o que não tem feito até à presente data. No plano de gestão de afluentes que refere tem um tubo enterrado e para onde vai e para

onde são encaminhadas esse tubo. Este tubo como já vos mostrei estão encaminhados para estes montes, para estes campos, onde tem bicos que pulveriza pelo ar em que a parte de baixo da Freguesia de Campo, terça-feira, quarta-feira não conseguiam abrir as portas das casas, nem conseguem abrir cá fora e respirar o ar de tal forma é o cheiro imundo que aquela exploração provoca. Não temos nada contra a exploração em si, temos sim é contra a prepotência do proprietário que nos disse que não tem nada a ver com o ambiente o que lhe interessa é a exploração em si e que depois da exploração estar legalizada, palavras dele, “o dinheiro compra tudo”. Portanto estamos perante pessoas deste tipo. Faz-me lembrar um responsável por despoluir o Rio Ave que formalizou a seguinte frase “É mais fácil secar o Rio Ave do que me fechar a Pedreira”.

Senhor Presidente, esta exploração tem provocado danos significativos na qualidade de vida e do ambiente ao redor da Freguesia de Campo e de Louredo, Santo Emilião não tenho conhecimento, não faço ideia, é uma situação que também não tenho dúvidas que também acontecerá. O que digo é que realmente este Senhor, o Município devia-se precaver no sentido de a obra devia ser executada, sim, e ver que tipo de estação de tratamento é que ele faria com as águas residuais, porque eu neste processo não vi qualquer tipo de estação de tratamento de águas. Portanto o PS vai votar contra esta proposta.

Cabe-me também realçar que os Vereadores do PS, abstiveram-se em reunião de câmara nesta proposta, mas depois dos factos que lhes foram encaminhados e que lhes foram relatados esta vai ser a nossa votação. Tenho dito Senhor Presidente. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do MAI, Carla Santos e no uso da palavra referiu:

“ Senhor Presidente este processo é de 2012. A última revisão do PDM foi em 2015 porque é que este assunto não ficou resolvido nessa altura, uma vez que a Câmara tinha os instrumentos técnicos e políticos para resolver o processo? Trata-se de uma exploração para a produção de carne de suíno e bovino em regime intensivo sem parecer favorável da DRAP NORTE e sem estudo de impacto ambiental.

Senhor Presidente, para que possamos votar devidamente informados, gostaríamos de ouvir os Senhores Presidentes da Junta de Campo e Louredo e de Santo Emilião sobre a sua posição e sobre a posição das respetivas populações. Queremos saber se há queixas das populações e se há algum auto levantado pela Câmara. Queremos ver o parecer da Comissão Municipal do Ambiente relativamente a este assunto, uma vez que consideramos que é fundamental que esta seja consultada. Queremos saber se a Brigada do Ambiente GNR já foi contactada? Neste contexto Senhor Presidente, agradecemos que informe a Assembleia sobre estes requisitos e requeremos à Mesa a leitura do e-mail

enviado pelo Senhor Presidente da Junta de Campo e Louredo ainda nesta sessão. Muito obrigada.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu queria só colocar duas questões à Câmara Municipal, em primeiro lugar acrescentar as questões que a bancada do MAI fez. Primeiro saber se pediram algum parecer às Juntas de Freguesia? Sim ou Não? Neste caso, Campo e Louredo e Santo Emilião. E por outro lado nós sabemos que o ponto tinha ido já a reunião de câmara há uns meses atrás e que foi retirado porque na altura os Vereadores do PS, foi este mês ainda, pelos vistos. Foi retirado porque os Vereadores do PS solicitaram mais informação acerca desta situação, mais concretamente um estudo de impacto ambiental que não foi feito e voltou a ponto sem que o estudo tenha sido feito e perguntávamos porquê que não é levado a cabo. Muito obrigado.”

Seguidamente o GP do PSD solicitou à Mesa da Assembleia Municipal, autorização para que o GP do PSD pudesse reunir durante 10 minutos. Foi-lhe concedido esse tempo para reunir.

Interveio o Vereador André Rodrigues e no uso da palavra, referiu:

“Relativamente a este ponto e acrescentado o que fomos falando, de facto, urge, tomar-se uma decisão devido ao facto de se adiar este ponto, ela seria extemporâneo e o facto de a Câmara Municipal trazer cá este ponto, prende-se pelo facto de termos uma exploração agrícola que neste momento não é controlada ao nível das entidades competentes para tal e falo da APA, falo da DRAP e falo das entidades que têm o dever de coordenar estas instalações. E não estando elas legalizadas, não o podem fazer. E nesse sentido por forma a fazer um acompanhamento mais próximo dessas entidades, a solução da legalização pareceu-nos a mais indicada e nesse sentido é que o ponto segue cá e é essa a justificação. Contudo nós queremos que as populações, quando existir um acompanhamento dessa dita exploração vão ficar mais confortáveis naquilo que vai existir. O cheiro e a poluição, claro que não são cenários ideais. Reconheço neste momento que pode não estar salvaguardado todos os parâmetros, essencialmente, ambientais ao nível de fossas. Contudo para ser aprovado esta exploração, essas mesmas obrigаторiedades ambientais têm que ser cumpridas, ou seja, estamos também aqui a incorrer numa possibilidade de beneficiação da exploração. E é nesse sentido, nessa possibilidade de apoio e por ser algo “extraordinário” e uma possibilidade que o Governo deu já desde 2014 e que prorrogou pelo prazo de 1 ano, por duas vezes, creio

que temos aqui uma oportunidade para resolver um problema que temos aqui no Concelho. Obrigado.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Fernando Carlos Ribeiro.

Interveio o deputado do GP do PS, Fernando Carlos Ribeiro, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Aqui só um pequeno esclarecimento. Eu acho que a proposta que os Vereadores do PS, pediram um estudo de impacto ambiental. Acho que era de todo interessante.

Em relação, só para responder ao MAI, esta problemática começou desde 2015. Portanto, nós temos filmagens, temos fotografias desde essa data, temos acompanhado, temos enviado para o Ministério Público, enviamos para o SEPNA, enviamos para o Ministério do Ambiente para Lisboa, enviamos para o delegado de saúde e não recebemos resposta de ninguém neste período. Portanto, como vêm, estas coisas no nosso país não funcionam e como tal a legalização de uma coisa destas, com uma pessoa daquelas, vamos continuar a ter o problema. Disse Senhor Presidente. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva e no uso da palavra referiu:

“Obrigado Senhor Presidente. Queria só reiterar as perguntas que fiz à Câmara Municipal relativamente a terem ou não consultado as Juntas de Freguesia antes de apresentarem esta proposta. E relativamente à questão da proposta apresentada pelos Vereadores do PS em Reunião de Câmara. Obrigado.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do MAI, Carla Santos e no uso da palavra referiu:

“Nós colocamos várias questões que ficaram sem resposta, designadamente se a Comissão do ambiente foi ouvida? Nós queremos ver o parecer da Comissão do Ambiente. Aliás não faz sentido nenhum vir um pedido destes sem ter o parecer da Comissão da área. Quer dizer é completamente descabido. Não se percebe. E depois Senhor Vereador, não sei se o percebei bem, temos uma estrutura daquelas a funcionar ilegalmente há não sei quanto tempo e a Câmara não toma medidas nenhuma, nem garante que são feitas as obras necessárias para que aquilo não prejudique as

populações e a forma que arranja de resolver este problema é trazer o assunto à Assembleia Municipal para ter interesse municipal. Não sei se percebi bem.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, António Carvalho.

Interveio o deputado do GP do PS, António Carvalho e no uso da palavra referiu:

“Não será propriamente um pedido de esclarecimento mas fazer perguntas à Câmara. Portanto alínea c) do artigo 38.º.

A Câmara já terá equacionado a situação em face daquilo que estamos aqui a ouvir e das dúvidas que existem? Do número de elementos que deveriam ter vindo pelo processo e não vieram e já equacionou retirar este ponto da ordem de trabalhos e vir à discussão na próxima Assembleia Municipal? E entretanto fazer uma coisa que deveria ter sido feita que é pôr a Comissão de Ambiente a trabalhar neste assunto? Muito obrigado, era uma sugestão.”

Interveio o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque e concedeu a palavra ao Vereador André Rodrigues.

Interveio o Vereador André Rodrigues e no uso da palavra referiu:

“Deputado Filipe as Juntas de Freguesia, neste caso, não foram questionadas, primeira questão.

Segunda, o estudo de impacto ambiental, a Câmara Municipal, em primeiro lugar, não tem ninguém que possa avaliar um estudo de impacto ambiental porque não tem conhecimento na matéria. Quem tem que o fazer é a entidade para o caso, o Ministério do Ambiente, no caso é a DRAP. Cada entidade tem a sua função e quem coordena as instalações agropecuárias no caso é a DRAP. Portanto devem ser eles a dar essa resposta. E inclusivamente devem ser eles a fazer a avaliação dos estudos de impacto ambiental e sem eles um projeto destes nunca será aprovado.

Respondendo à deputada Carla. A Comissão do Ambiente pelo conhecimento que tenho é consultada em casos muito objetivos e eles estão definidos no Regulamento Municipal de Edificação e este não é o caso. Ok? Este não é o caso porque a Câmara não tem a capacidade de licenciar uma instalação deste género. Tem capacidade de licenciar a edificação e é nesses dois parâmetros que nós nos devemos centrar.

Deputado Capitão Carvalho, a pergunta que me colocou, eu tentei respondê-la logo de início que foi dizendo que este ponto não devia ser adiado, deve ser decidido devido ao facto de aquando da realização da próxima Assembleia Municipal ele ser extemporâneo. Obrigado.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva e no uso da palavra referiu:

“Só para relembrar uma coisa que estamos a votar uma proposta que pretende reconhecer o interesse municipal. Não podemos evocar o interesse municipal e depois a Câmara Municipal dizer “ai não é da nossa competência fazer um estudo de impacto ambiental”. “Não é da nossa competência” mas temos de ter e isto é interesse municipal, é demonstrar interesse pelos munícipes. É só isto. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa e no uso da palavra referiu:

“Também gostava só de fazer, deixar uma questão à Câmara Municipal que é no sentido de saber qual é o resultado se esta decisão for pelo chumbo desta proposta que nos é apresentada. Qual é o passo a seguir? E o que é que vai acontecer em termos da empresa que está instalada?”

Interveio o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque e concedeu a palavra ao Vereador André Rodrigues.

Interveio o Vereador André Rodrigues e no uso da palavra referiu:

“O passo a seguir é exatamente o mesmo que está a acontecer neste momento. Não é legalizada a exploração. Esta é uma das obrigatoriedades legais necessárias para que seja aprovado este assunto, por parte da DRAP, sendo que já foi negado num anterior pedido devido ao facto de não ter este reconhecimento de interesse municipal.”

Interveio o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque e concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Gilberto Anjos.

Interveio o deputado do GP do PS, Gilberto Anjos e no uso da palavra referiu:

“Peço desculpa senhor Presidente, sei que não é habitual fazê-lo, mas eu vim aqui e estou muito interessado neste ponto enquanto Presidente de Junta e coloco-me no lugar das pessoas e ouvi aqui a opinião do Presidente de Junta de Campo e Louredo. Está aqui o Presidente de Junta de Santo Emilião que acho que é uma Freguesia também que poderia ou que poderá estar afetada com essa situação e uma vez que não foi pedido parecer por parte da Câmara Municipal às Juntas de Freguesia, também acho que era interessante e oportuno ouvir a opinião do Presidente de Junta da Freguesia em questão. É uma opinião. É um pedido que eu faço. Evidentemente se ele desejar fazê-lo.”

Interveio o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque e concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Santo Emilião, José Agostinho Sousa Alves.

Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Santo Emilião, José Agostinho Sousa Alves, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu como representante da Junta de Freguesia da Santo Emilião nunca me foi reportado este assunto. Foi-me reportado este ponto pelo Vereador. Tive uma conversa com o Presidente da junta de S. Martinho e a população que me diga que aquilo faz cheiro ou não faz cheiro em Santo Emilião nunca aconteceu.

Portanto o GP sabe qual é a minha votação e a partir daí não tenho mais nada a dizer.”

Deliberação: A assembleia municipal reprovou a proposta da câmara municipal para reconhecimento de interesse municipal de exploração destinada à produção de carne de suíno e bovino, em regime intensivo, de José Marques Oliveira & Filhas, Lda., cont. 508 771 765, sita na freguesia de Santo Emilião, no uso da faculdade prevista no regime excecional de regularização constante do Decreto-lei 165/2014, de 05 de novembro.

“Declaração de voto

Os deputados José Miranda Gomes e José Agostinho Sousa Alves, tendo optado pela abstenção, vêm, apresentar relativamente ao ponto 10 da ordem de trabalhos, que é a proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse municipal de exploração destinada à produção de carne de suíno e bovino, em regime intensivo, de José Marques Oliveira & Filhas Lda., no uso da faculdade prevista no regime excecional de regularização constante do Decreto-lei 165/2014, de 05/11, a seguinte declaração de voto:

Não se questiona a possibilidade da legalização da referida exploração, ao abrigo do regime excecional previsto no DL 165/2014, tanto mais que a declaração de interesse municipal é apenas um dos muitos requisitos exigidos para essa legalização, que terá que passar pelo crivo de outras entidades. No entanto, atendendo ao facto desse tipo de exploração apresentar impactos muito negativos, do ponto de vista ambiental, e de haver queixas das populações vizinhas, da dita exploração, nessa matéria, entendemos que é fundamental o comprometimento da entidade requerente no cumprimento rigoroso das normas ambientais para que as populações não sejam afetadas, estaremos atentos ao desenrolar deste processo, e à postura da entidade requerente, na defesa intransigente dos direitos das populações abrangidas.

Póvoa de Lanhoso, 28 de setembro de 2018.

José Miranda Gomes

José Agostinho Sousa Alves”

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, António Carvalho.

Interveio o deputado do GP do PS, António Carvalho e no uso da palavra referiu:

“Depois de transcrever os pareceres técnicos do Senhor Eng.º Civil, Albano Fonseca e o Senhor Arqueólogo, Orlando Fernandes, os quais constam desta ordem de trabalhos, informa-nos o Senhor Presidente da Câmara e passo a ler:

Posto isto e depois de ter consultado a memória descritiva onde se inclui o plano de localização ortofotomapa e plano de condicionantes relativos ao pedido de certidão de interesse público, cumpre-me informar que a exploração pecuária do requerente encontra-se aproximadamente a 250 metros do nível da designada Vila Beatriz e afastada aproximadamente a 50 metros do limite das zonas especial de proteção, estando salvaguardado o enquadramento paisagístico rural de construção, bem como, de um pequeno conjunto de edifícios implantados a poente.

Considerando ainda que a exploração possui um plano de gestão dos efluentes de exploração pecuária anexo à presente proposta, fazendo prova da existência de fossas sépticas, processo alvo de análise da Direção Regional de Agricultura e de Pescas do norte.

Em face de tudo o exposto, propõe-se que a Câmara delibere aprovar a apresentação de proposta à Assembleia Municipal de reconhecimento de interesse público municipal da regularização da exploração da atividade pecuária. Lidos os considerandos do Senhor Presidente da Câmara, baseados nos pareceres técnicos que constam da documentação que nos foi remetida e analisados os documentos anexados pelo requerente, é minha opinião que não devo inviabilizar a classificação da exploração de interesse municipal para os fins a que se destina, sendo como é a maior e a mais moderna exploração existente neste Concelho.

Da análise destes factos resultou a minha atitude de abstenção. Acresce que nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro várias entidades oficiais, mais de meia dúzia, têm de analisar o projeto em discussão nesta ordem de trabalhos para verificação do cumprimento de todas as leis, regras e normas que regulamentam este setor, agropecuária, com forte incidência no que ao impacto ambiental diz respeito.

Qualquer infração futura daquela regulamentação tem previstas sanções, devendo aí sim, os autarcas locais atuar, e com toda a legitimidade, junto das entidades competentes, no sentido que essas entidades, as quais têm por função controlar o cumprimento da regulamentação dos vários setores a que as várias explorações pecuárias estão obrigadas, cumpram o seu dever de controlo e eventual sanção. Diria para terminar que foi pena o executivo municipal não ter pedido um parecer à Comissão de Ambiente, constituída no âmbito desta Assembleia. É para estes casos que as Comissões existem.

Solicito Senhor Presidente que o texto integral desta minha declaração de voto faça parte da ata desta Assembleia. Muito obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI para apresentação de declaração de voto.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, em relação ao ponto 10 da ordem do dia, com vista ao reconhecimento de interesse municipal da exploração de carne de suíno e de bovino. Considerando os pressupostos seguintes de que o processo não parecer favorável da Direção Regional de Agricultura e Pecuária do DRAP Norte. Atendendo a que os Senhores Presidentes de Junta das Freguesias envolvidas, Campo, Louredo e Santo Emilião não foram ouvidos em sede própria pelo executivo municipal, constatando que a Comissão Permanente do Ambiente também não foi consultada para esta matéria. Neste contexto, o Grupo Parlamentar do MAI, considera que não estão reunidas as condições necessárias para o reconhecimento de interesse municipal, assim expressando e justificando o seu voto contra.”

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque deu início ao **ponto 11** da ordem de trabalhos: **Proposta da câmara municipal para efeitos de autorização para celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências com a Junta da União de Freguesias de Águas Santas e Moure**. Concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e no uso da palavra referiu:

“Na sequência da obra que realizamos no ano passado na Rua dos Penedos em Águas Santas há uma fase em que fica por concluir e que pode danificar o trabalho já realizado. Nesse sentido acordamos com a Junta de Freguesia esta delegação de competências, sendo terminada uma obra importante, este é mais um apoio para as Freguesias tal como temos realizado por todo o Concelho. Ponho à consideração.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, José Silva, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“O sentido de voto será naturalmente favorável da bancada do PSD. Mas mais do que o voto sentimo-nos satisfeitos por poder aqui de algum modo colaborar numa resposta de uma pretensão da população de Águas Santas e Moure que elegeram e que o Gilberto começou a representar e aquilo que desejamos é aquilo que a obra também com

normalidade e com a qualidade exigida, estamos mais do que o voto, satisfeitos por ver a pretensão do povo que o elegeram e ver agora concretizada.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Gilberto Anjos.

Interveio o deputado do GP do PS, Gilberto Anjos, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“De facto o ponto foi apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, e efetivamente o concretizar de uma obra que já era necessária de longa data. Felizmente estamos a chegar à conclusão da mesma, uma vez que, na tal primeira e segunda fase, tratamos do alargamento e pavimentação da mesma, surgindo um problema no que diz respeito à canalização das águas pluviais e para quem conhece a obra e a estrada em si, sem essa terceira fase ficaria de facto prejudicado todo o trabalho que foi feito do alargamento que foi feito.

Posto isto foi solicitado este apoio à Câmara Municipal para a terceira fase e será votado favoravelmente pela bancada parlamentar do PS e agradeço as palavras que foram aqui ditas de solidariedade do camarada José Manuel de Verim, Friande e Ajude, do colega presidente da junta.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Pedro Vale.

Interveio o deputado do GP do MAI, Pedro Vale no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente com a sua licença, relativamente a este ponto o Grupo Parlamentar do MAI quer por este meio alertar para o seguinte problema: não sendo um problema único e exclusivo do executivo camarário, na minha opinião e na nossa opinião, acho que é um ato de extrema importância, começamos a tratar todas as Juntas de Freguesia por igual. Não falo deste caso aqui em si, mas não sejamos todos hipócritas ao ponto de dizer que as coisas não acontecem e sim, acontecem e sabemos há tratamento diferente consoante a cor política da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal. Não tratemos as coisas como um problema menor, porque é um problema grande, porque é da nossa responsabilidade, fomos eleitos para proteger as populações independentemente sejam elas cor-de-rosa, sejam elas laranjas, sejam elas vermelhas, e posso vos dizer, também, com a minha experiência que tenho no campo da ciência política, se calhar olhavam para mim, há uns anos atrás, e nunca diriam que me veriam aqui neste papel, estar no Movimento Alternativa Independente pelas minhas convicções, sempre fui firme, mas no entanto com o desenrolar do tempo, aprendi que o mundo move-se e estudei com muita gente diferente de mim, e aprendi uma coisa muito importante é que todos aprendemos com os erros uns dos outros e aos estarmos a limitar o trabalho dos outros estamos

também a limitar o crescimento das populações. Quanto a este ponto é só. Não querendo entrar em muita discussão e respondendo ao deputado do PSD, de facto a minha visão de juventude deve ser a mesma que a sua. A sua visão de muito é que deve ser muito diferente da minha porque se comparar o número de jovens lá fora com os que estão aqui dentro vai ver que são muitos mais os que estão lá fora. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, eu gostava de pedir um esclarecimento ao senhor deputado que acabou de intervir porque ele foi ao púlpito mas só anuncia, não concretiza. Senhor deputado se sabe que há tratamento diferenciado para as Freguesias diga-nos. Diga exatamente a que é que se refere. Não basta chegar aqui e lançar esse tipo de insinuações, porque não fica bem. É conveniente que se diga aquilo que efetivamente se passa.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Pedro Vale.

Interveio o deputado do GP do MAI, Pedro Vale no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado, o facto desta obra é um exemplo dada a data em que estiveram à espera de um parecer. Por exemplo, em outros anos provavelmente se essa cegueira política não tivesse chegado a determinado ponto, provavelmente a nossa rede de saneamento já estaria pronta, e não estariam canos agora estragados. E não é só na área das Juntas de Freguesia porque ainda hoje estou à espera de um e-mail do senhor Vereador da cultura para me responder a um e-mail sobre a disponibilização da sala para a gravação de um vídeo clip e à semelhança daquilo que é feito com as Juntas de Freguesia, a política por vezes, leva a não dar respostas. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e no uso da palavra referiu:

“Eu só queria realmente dizer uma palavra sobre esta situação que foi agora mencionada, porque realmente eu falei com todos os Presidentes de Junta, como disse anteriormente que este ano ia ser um ano muito difícil, embora tenhamos um investimento de 14 milhões de euros em prática. Estão 10 Freguesias com água e saneamento e temos a regeneração urbana. Isto são 14 milhões de euros, o maior investimento de sempre a ser feito no Concelho, por isso mesmo estamos a dizer que

todas as Juntas de Freguesia neste momento vão ser contempladas como disse, vem agora esta de Águas Santas, vem outra já à frente e de certeza que na próxima assembleia virão novamente e de certeza que todas as Freguesias vão ter obras para o ano. Obrigado.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Pedro Vale.

Interveio o deputado do GP do MAI, Pedro Vale no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente da Câmara permita-me então que o congratule por essa medida, porque de facto era exatamente isso que eu estava a dizer. As pessoas parece que ficaram muito ofendidas com aquilo que eu disse e eu volto a repetir, não é uma prática exclusiva deste executivo camarário e independentemente da cor política é uma prática que tem acontecido no nosso Concelho há muitos anos. Congratulo-me pela tomada de decisão do Senhor Presidente e se assim for daqui para a frente estaremos muito atentos e virei dar os parabéns. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e no uso da palavra referiu:

“ Já agora desculpe lá, mas eu fui assessor do antigo Presidente da Câmara e sei que ele fez obras em todas as Freguesias do Concelho. Ele fez obras em todas as Freguesias do Concelho. Posso-vos dizer no último ano não houve uma Freguesia que não tivesse uma obra. Obrigado.”

Deliberação: A assembleia municipal aprovou por unanimidade a proposta da câmara municipal para efeitos de autorização para celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências com a Junta da União de Freguesias de Águas Santas e Moure.

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque deu inicio ao **ponto 12** da ordem de trabalhos: **Proposta da câmara municipal para autorização prévia para assunção de compromisso plurianual até ao valor de 3.100.000€ (três milhões e cem mil euros) referente ao procedimento tendente à contratualização de fornecimento de eletricidade, nos termos do disposto nos n.º1 e n.º6 do art.º 22 do Decreto-Lei 197/99, de 08 de junho, que regula a realização de despesa em mais do que um ano económico que não seja o da sua realização, aplicado por força da alínea f) do n.º1 do art.º 14 do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro.**

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e no uso da palavra referiu:

“Senhores deputados, isto é um pedido, refere-se à contratualização de fornecimento de energia para todas as necessidades da autarquia em equipamentos e iluminação pública e como é para 3 anos necessita de autorização da Assembleia, sendo um compromisso plurianual. À vossa consideração.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Reporto-me então à contratualização do fornecimento de eletricidade para um período de 36 meses, portanto o ponto 12 da nossa ordem de trabalhos. Trata-se aqui tão só do procedimento essencial que é inerente à assunção de compromissos plurianuais a autorização prévia desta Assembleia Municipal. Com efeito no caso concreto somos chamados a deliberar o compromisso plurianual de 3 milhões e 100 mil euros que é referente apenas e só procedimento conducente à contratualização do fornecimento de energia elétrica para todos os equipamentos do Município da Póvoa de Lanhoso e que são da alçada, da competência da Câmara Municipal. Desta feita trata-se de um ato de gestão corrente. Estamos inteirados e votaremos favoravelmente.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Pedro Vale.

Interveio o deputado do GP do MAI, Pedro Vale no uso da palavra referiu:

“Sobre este ponto em questão o Grupo Parlamentar do MAI tem apenas três perguntas a fazer ao executivo camarário. Uma é perguntar qual é o conhecimento que tem o executivo camarário acerca do estado da iluminação elétrica nas traseiras da Escola António Lopes, e nas traseiras dos Edifícios da Avenida 25 de Abril. Temos sabido por parte de alguns munícipes do estado das instalações elétricas que não estão nas melhores condições de modo a algumas queixas relativamente a este fator. Outra das perguntas é: quais são as ações que este executivo camarário tem levado a cabo, com obtenção da redução da despesa na fatura elétrica energética e se no seguimento das obras de requalificação da Escola Básica Gonçalo Sampaio, se este executivo camarário tem prevista a colocação de painéis solares na mesma com vista a uma maior autossustentabilidade e também com a redução nas despesas na fatura energética. É só, obrigado.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Apenas para dizer que é uma questão que não levanta qualquer dúvida, com a qual concordamos e votaremos favoravelmente.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e no uso da palavra referiu:

“Obrigado pela sua intervenção. Desconhecia essa situação dessas duas ruas. De qualquer maneira vou averiguar e vou junto da EDP. Nós temos um site que quando há alguns problemas os munícipes nos comuniquem e nós logo ligaremos à EDP. Não é muito fácil lidar com esta entidade mas tudo faremos para resolver os problemas dos povoenses. Em relação a diminuir a fatura de eletricidade, penso que no próximo ano, um ano, ano e meio, vamos tentar pôr o Concelho todo a LEDS e aí reduziremos 40% à fatura da eletricidade.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra à Vereadora Gabriela Fonseca.

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca e no uso da palavra referiu:

“Isto é só para contratualizar a eletricidade. Não é uma candidatura de eficiência energética.”

Deliberação: A assembleia municipal aprovou por unanimidade a proposta da câmara municipal para autorização prévia para assunção de compromisso plurianual até ao valor de 3.100.000€ (três milhões e cem mil euros) referente ao procedimento tendente à contratualização de fornecimento de eletricidade, nos termos do disposto nos n.º1 e n.º6 do art.º 22 do Decreto-Lei 197/99, de 08 de junho, que regula a realização de despesa em mais do que um ano económico que não seja o da sua realização, aplicado por força da alínea f) do n.º1 do art.º 14 do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro.

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início ao **ponto 13** da ordem de trabalhos: **Proposta da câmara municipal para contratualização de empréstimo – BEI PT 2020 (Banco Europeu de Investimento) para apoio ao**

investimento municipal inerente aos projetos denominados Requalificação e modernização das instalações da Escola Básica Gonçalo Sampaio e Reabilitação do largo da feira e envolvente, ao abrigo da faculdade prevista no Despacho n.º 6200/2018, de 26 de junho, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e no uso da palavra referiu:

“Trata-se de dois empréstimos no valor de 172 mil euros que corresponde a uma parte da nossa participação nestas duas importantes obras, como a taxa de juro do BEI é muito atrativa estes empréstimos não contam para o endividamento, entendemos que seria um ato de boa gestão aproveitar esta oportunidade. Os valores da participação da autarquia nestas obras são superiores ao empréstimo, mas há partes que não são ilegíveis, como é o exemplo do IVA e por isso pedimos o máximo possível. Fico à V. consideração.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque abriu as inscrições para aquele ponto da ordem de trabalhos. Concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Vamos votar favoravelmente este ponto mas não podemos deixar de relevar o facto de a Câmara Municipal não ter capacidade financeira para assegurar o cofinanciamento. Até podemos concordar com o caráter estratégico do financiamento do BEI uma vez que tem condições vantajosas e permitirá a disponibilização do orçamento próprio para o financiamento de outras obras. Contudo verificamos que esta não é a realidade. A Câmara Municipal recorre ao crédito quer para assegurar os cofinanciamentos quer para assegurar obras sem participação. A Câmara Municipal tem já um empréstimo de médio e longo prazo contratualizado no valor de 1 milhão e 800 mil. Este empréstimo serve para investimento no âmbito do quadro comunitário do Portugal 2020, ou seja, assegura o cofinanciamento e a componente não ilegível das obras candidatas e aprovadas ao PT 2020. Este empréstimo já está totalmente consignado pelo que se torna necessário recorrer ao BEI.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Atentemos então no ponto 13. Tratam-se aqui de dois projetos que concretizarão desejos antigos e muito muito ansiados por todos os povoenses, particularmente a requalificação e modernização das instalações da Escola Básica Gonçalo Sampaio, equipamentos como todos sobejamente conhecemos antigo, ultrapassado e até envolvendo algum risco para a saúde pública porque como todos sabemos, a cobertura dos telhados envolvia ou integrava ali algum amianto. Ora, não sendo esta Escola Básica propriedade da Câmara Municipal, mas sim do Ministério da Educação parece-nos inegável que todos nós devemos em unísono louvar esta iniciativa camarária. A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso teve a coragem de investir num imóvel que não é pertença sua mas é no entanto a casa da maioria da população juvenil povoense que aí estuda diariamente. Não menos o espaço da Feira. De facto a reabilitação do Largo da Feira e espaço envolvente é igualmente uma obra que vai de encontro às necessidades e desejos e vontades dos povoenses. Mas eu diria também é uma obra que se impõe num Concelho com uma economia em expansão. Um Concelho moderno e atrativo como é efetivamente a Póvoa de Lanhoso. Por tudo o que acaba de ser dito, votaremos pois favoravelmente, mas antes de mais, replico, aplaudimos tais investimentos. Venham mais.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a esta proposta da Câmara Municipal para contratualização de empréstimo ao Banco Europeu de Investimento, com o objetivo de apoiar o investimento inerente a dois projetos, nomeadamente a requalificação e modernização das instalações da Escola Básica Gonçalo Sampaio e reabilitação do Largo da Feira e sua envolvente há aqui uma pequena questão que convém realçar.

Como ponto prévio dizer que a bancada do PS votará favoravelmente, mas há aqui algumas questões e preocupações que partilhamos com a bancada do MAI, o recurso ao crédito de forma fácil e eu queria falar sobre o seguinte: estamos a falar num investimento com o valor total de 172 mil euros, representa aproximadamente 1% do orçamento da Câmara Municipal que é de cerca de 15 milhões de euros. Será assim tão necessário contrair um empréstimo para fazer face a este compromisso? Não estão aqui em causa as condições de contratualização de empréstimo até porque já sabemos que nos dirão que é uma oportunidade as condições apresentadas e que não contribui para a dívida. Mas a verdade é que é um empréstimo, terá que ser pago e depois estamos a falar num valor de 172 mil euros num orçamento de 15 milhões. Pensamos que poderia ser normal até depois da intervenção que ouvimos, quando discutimos aqui o relatório do ROC em que o senhor deputado do PSD dizia e são as palavras dele “a câmara está de

boa saúde financeira e recomenda-se” o que ficou provado após a intervenção do deputado Paulo Bastos que afinal não é bem assim. Mas pegando nesta Câmara de “boa saúde financeira e recomenda-se” não se entende como é que é preciso recorrer a crédito para fazer face a este investimento de 172 mil euros. De qualquer forma não nos oporemos a ele. É uma opção política.”

Concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e no uso da palavra referiu:
“Isto é um ato de boa gestão derivado ao juro ser zero duzentos e setenta e sete. É só mesmo isso. Obrigado.”

Deliberação: A assembleia municipal aprovou por unanimidade a proposta da câmara municipal para contratualização de empréstimo – BEI PT 2020 (Banco Europeu de Investimento) para apoio ao investimento municipal inerente aos projetos denominados Requalificação e modernização das instalações da Escola Básica Gonçalo Sampaio e Reabilitação do largo da feira e envolvente, ao abrigo da faculdade prevista no Despacho n.º 6200/2018, de 26 de junho, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque deu início ao **ponto 14** da ordem de trabalhos: **Proposta da câmara municipal para contratualização de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de beneficiação de arruamentos nas freguesias no valor de até oitocentos e sessenta mil euros, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**

Concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e no uso da palavra referiu:
“Senhores deputados, conforme assumi com os senhores Presidentes de Junta, no ano de 2018, o orçamento da Autarquia seria canalizado, essencialmente, para duas componentes: liquidar os protocolos de delegação de competências das Freguesias do ano 2017 e cumprir a nossa participação nas obras nos fundos comunitários. É isso que estamos a fazer. Assumi que no ano de 2019 dotaria o orçamento deveras para iniciarmos a realização de obras prioritárias nas Freguesias, articuladas com as respetivas Juntas de Freguesia. Como ainda temos parte dos compromissos das obras em curso a ser assumidos em 2019, temos que recorrer a um empréstimo de forma que permita a Autarquia ter um investimento na maioria das Freguesias. É isso o fundo deste empréstimo. Fica à vossa consideração.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do MAI, Carla Santos e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, estamos muito preocupados com a realidade do Município, uma vez que tem necessidade de recorrer ao crédito sempre que faz obra. Gostávamos de saber senhor Presidente quanto é que o Município já investiu em obras se contabilizar os fundos comunitários e o recurso ao crédito. Qual foi o volume de financiamento investido nas empreitadas na Vila e nas Freguesias através de receitas próprias?

Outra questão que nos preocupa Senhor Presidente e eu percebi que o Município tem um saldo orçamental para os próximos três meses de 394 mil euros? Fica a questão, Senhor Presidente. Qual é a verdadeira situação financeira da Câmara neste momento? Muito obrigada.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque solicitou autorização à Assembleia Municipal para prolongar a sessão uma vez que, já tinham decorrido quatro horas. Prossigui a sessão. Concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Para dizer que se trata de um empréstimo para concretizar obras em cinco Freguesias, como resulta da proposta. Verificam-se todas as questões necessárias à assunção da dívida, nomeadamente o cumprimento dos limites de endividamento e é apresentada uma proposta em boas condições económico-financeiras. Tendo em consideração estes pormenores votaremos a favor.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva e no uso da palavra referiu:

“Muito obrigado Senhor Presidente. Para dizer que também estamos de acordo com a proposta. Continuamos a partilhar da opinião da bancada do MAI. Preocupa-nos este constante de recurso ao crédito, mas efetivamente analisando os arruamentos que aqui falamos, reconhecendo a necessidade destas obras e a mais-valia que serão para as Freguesias, votaremos favoravelmente.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e no uso da palavra referiu:

“Nós estamos a pagar as participações dos 14 milhões de euros com receitas próprias. A nossa participação são receitas próprias. A nossa parte, estamos a pagar com receitas próprias. E é o que digo aqui. Nós estamos a pagar o que fizemos em 2017. Se realmente não tivesse feito obras em 2017 em quase todas as Freguesias, teríamos de certeza receita própria para executar as obras sem recorrer a empréstimo. Eu acho que a minha introdução diz tudo relativamente a este empréstimo. Nós só vamos realmente fazer este empréstimo porque realmente fizemos obras em 2017. Estão a ser pagas com receitas próprias deste ano. É essas obras que nós estamos a pagar com receitas próprias. Que foram 2 milhões e meio em que fizemos obras nas Freguesias e que estamos a pagar com receitas próprias.”

Deliberação: A assembleia municipal aprovou por unanimidade a proposta da câmara municipal para contratualização de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de beneficiação de arruamentos nas freguesias no valor de até oitocentos e sessenta mil euros, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque deu início ao período de intervenção do público. Informou que havia dois pedidos de intervenção. Concedeu a palavra ao Senhor Francisco José Alves Oliveira.

Interveio o Senhor Francisco José Alves Oliveira, cumprimentou os presentes e referiu que achava interessante que as intervenções na Assembleia Municipal fossem feitas de frente para o público. Voltou, mais uma vez, a referir a questão da taxa do IMI, que já referiu nas sessões anteriores. E criticou a falta de projetos, por parte do presidente da Junta de Taíde, para a freguesia.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, informou que as interpelações à Câmara Municipal não tinham que ser respondidas no imediato. Concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e no uso da palavra referiu:

“Eu queria agradecer a sua intervenção e para lhe dizer que realmente a Rua do Bobeiro vai em breve entrar em obras no saneamento. O Presidente da Junta sabe perfeitamente disso e o que estamos a votar agora são 277 mil euros para a pavimentação da mesma. Obrigado.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao Senhor António Ramalho.

Interveio o Senhor António Ramalho e no uso da palavra referiu:

“Sr. Presidente, senhor Presidente da Câmara e demais membros do executivo municipal, senhoras e senhores deputados, auditório em geral, a todos, as nossas saudações.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, reconhecemos na última sessão desta Assembleia Municipal, realizada no passado mês de junho, nos excedemos na nossa intervenção. Por esse facto, Sr. Presidente, a si, às senhoras e aos senhores deputados e a todo o auditório que participou ou assistiu a essa sessão, apresentamos as nossas desculpas.

*Depois, por razões de coerência e de honestidade intelectual, queremos dar notícia a esta Assembleia de que a situação de ilegalidade de procedimentos por parte da Câmara Municipal, que fundamentou a nossa indignação e nos motivou a expô-la perante Vossas Excelências, decorrente da recusa, sem a devida fundamentação de direito, da emissão de uma certidão que atestasse a quem tinha sido licenciada ou de qualquer modo autorizada a colocação do outdoor ou placard eletrónico localizado junto à estátua da heroína Maria da Fonte, **se encontra inteiramente sanada.***

Com efeito, tudo quanto havíamos requerido certificar, acabou por sê-lo integralmente no conjunto das três certidões que a Câmara Municipal emitiu para o indicado fim.

Diga-se, todavia, em abono da verdade, que tal não ocorreu por via de um qualquer impulso voluntarista surgido no seio do município, nem na sequência de alguma luz que se tenha acendido e iluminado a consciência municipal. Não. Tal verificou-se, isso sim, por determinação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, através de sentença prolatada em ação por nós proposta para o efeito. E, acrescente-se, que mesmo com base na indicada sentença, a Câmara Municipal se mostrou relapsa em indicar a quem tinha concedido tal licenciamento ou autorização. Foi necessário, por isso, uma segunda intervenção do Tribunal para que fosse cumprida a sua decisão.

*Todavia, independentemente disso, o facto é que a questão se encontra resolvida e ultrapassada, **o que é francamente positivo para todos.***

Porém, desta querela jurídica e pugna judicial, a nosso ver, dois ensinamentos importantes podem e devem ser retirados:

1).- Por parte dos cidadãos em geral e dos povoenses em particular: a de que não devem abdicar de exercerem e fazerem valer os seus direitos perante os poderes públicos, nomeadamente perante os poderes públicos municipais;

2).-Por parte da câmara municipal: a de que os princípios do livre acesso aos arquivos administrativos, ou sistema de open file, que tem a sua génese nos finais dos anos cinquenta do século XIX, no norte da Europa, constitui hoje, não apenas o corolário de um sistema de administração aberta e de cooperação entre administradores e administrados, mas mais do que isso, um conjunto de princípios verdadeiramente estruturantes das democracias modernas – onde Portugal naturalmente se inclui – autênticos alicerces e inderrogáveis postulados do estado de direito democrático,

consagrados, de resto, na Constituição da República Portuguesa e na legislação nacional e europeia, com inquestionáveis desenvolvimentos por parte da doutrina juspublicística, em termos da sua caracterização e densificação e a inequívoca e recorrente reafirmação da sua validade ao nível da jurisprudência constitucional e do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Ora, se a câmara municipal soube retirar desta sentença e do processo que lhe deu origem as devidas ilações – e nós cremos que sim – a sua utilidade está mais que justificada.

Temos dito. Gratos pela vossa atenção.

O cidadão, António Antunes Ramalho.”

Por fim, o Presidente da Assembleia, João Duque, colocou à consideração do plenário a aprovação da ata em minuta, permitindo desta forma a imediata eficácia das deliberações tomadas; declarou que foi aprovada por unanimidade e deu por terminada a sessão.